



PLANO DE ACTIVIDADES

2011



I.D.T.

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

FICHA TÉCNICA

Título: Plano de Actividades 2011

Autor: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, IP

Composição e Grafismo: Departamento de Planeamento e Administração Geral (DPAG)
Núcleo de Gestão e Planeamento (NGP)

Instituto da Droga e da Toxicoddependência, IP

Praça de Alvalade, 7 - 5.º ao 13.º

1700-036 LISBOA

Telefone: 211 119 000

Fax: 211 119 099

E-mail: idt@idt.min-saude.pt

Sítio: www.idt.pt



ÍNDICE

I – NOTA INTRODUTÓRIA	3
II – CARACTERIZAÇÃO DO IDT,IP	9
Identificação	11
Missão	11
Visão	11
Valores	11
Estrutura Orgânica	13
Tipificação dos Serviços	14
Destinatários e Parceiros da Intervenção do IDT,IP	14
III - METODOLOGIA	15
IV - OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	19
V - OBJECTIVOS OPERACIONAIS E ACTIVIDADES PREVISTAS POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO	25
A - ÁREAS DE MISSÃO	
Plano Operacional de Respostas Integradas	29
Prevenção	33
Dissuasão	39
Redução de Riscos e Minimização de Danos	43
Tratamento	49
Reinserção	57
Meio Laboral	63
B - ÁREAS TRANSVERSAIS	
Coordenação	67
Cooperação Internacional	73
Informação/Investigação/Formação e Avaliação	77
VI – RECURSOS PREVISTOS	87
Recursos Humanos	89
Recursos Financeiros	91
VII – ANEXOS	95
Siglas e Abreviaturas	97
VIII – FICHA TÉCNICA	101

NOTA INTRODUTÓRIA

I – NOTA INTRODUTÓRIA

Durante o ano de 2011, pretende-se dar continuidade à operacionalização e dinamização das orientações político-governamentais em matéria de drogas, toxicodependências e álcool, veiculadas, quer em termos do que se encontra preconizado nos objectivos estratégicos do Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências (PNCDT 2005-2012), no correspondente Plano de Acção 2009-2012 (PACDT 2009-2012) e no Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool (PNRPLA 2010-2012), quer em termos de QUAR 2011.

Neste capítulo introdutório são sumariamente apresentadas acções/actividades definidas para o cumprimento dos objectivos estratégicos e operacionais, tendo em conta três aspectos fundamentais na gestão por objectivos: as **actividades** que, para serem realizadas, dependem da sua conjugação com os **processos** e os **recursos disponíveis**, sendo estes de cariz humano, financeiro, tecnológico ou de infra-estruturas.

As Actividades

De forma a assegurar a prossecução da estratégia delineada para o IDT,IP, planeou-se um conjunto de acções/actividades que nortearão a sua actuação no ano de 2011, as quais se encontram discriminadas, por áreas, nas grelhas apresentadas no capítulo V, e das quais se destacam:

- ◆ O reforço na implementação e dinamização do **PORI – Plano Operacional de Respostas Integradas**, numa estratégia mais abrangente que engloba intervenções ao nível social, educação, entre outras, investindo-se numa dinâmica de divulgação deste Plano, através do desenvolvimento de momentos de discussão, sensibilização e formação dirigida a responsáveis e técnicos de outros serviços que entendam adoptar este modelo.
- ◆ Na vertente da **Prevenção** o investimento será no sentido de consolidar o trabalho efectuado nos anos anteriores, incidindo na definição de linhas de orientação para a intervenção consistente e baseada na evidência científica, no reforço da articulação entre os níveis nacional, regional e local, e, transversalmente, com as outras áreas de missão em áreas confluentes (contextos festivos/recreativos, meio universitário, aconselhamento/atendimento de jovens, meio laboral), assim como no processo de qualificação do Núcleo de Prevenção.
- ◆ Em 2011, e dentro das competências que o IDT,IP detém na área da **Dissuasão**, continuar-se-á a acompanhar as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT), procurando harmonizar práticas e procedimentos jurídicos e psicossociais, nomeadamente, através de apoio técnico, emissão de pareceres e orientações sobre matérias associadas à operacionalização da lei e ainda através do controlo e acompanhamento das decisões proferidas, tendo em vista a uniformização. Pretende-se que seja um ano de consolidação de procedimentos e práticas a serem vertidos num Manual de Boas Práticas da área de intervenção da Dissuasão, através da constituição de grupos de trabalho e da obtenção de certificação de qualidade de alguns procedimentos técnicos, para efeitos de uniformização.
- ◆ No que concerne à área de **Redução de Riscos e Minimização de Danos**, em 2011 a sua actuação irá centrar-se na sistematização e análise da informação recolhida através das estruturas de proximidade, com vista a um processo de avaliação que garanta a real percepção dos resultados obtidos no âmbito da implementação da Rede Nacional de Redução de Riscos e Minimização de Danos; na qualificação através de um processo de melhoria contínua do modelo de acompanhamento, monitorização e avaliação de programas e projectos da área da Redução de Riscos e Minimização de Danos, no sentido de progressivamente aumentar a eficácia e eficiência destas políticas; na consagração da continuidade das políticas de redução e minimização de danos em Portugal.

- ◆ As actividades previstas para 2011, relativamente à área de missão do **Tratamento** em harmonia com os objectivos traçados pelo PACDT 2009-2012, contemplam fundamentalmente critérios de consolidação do percurso efectuado, procurando a harmonização de conceitos, práticas e metodologias e apostando na eficácia e qualidade das nossas unidades especializadas de intervenção.
- ◆ Na área de missão da **Reinserção**, 2011 será um ano de consolidação das intervenções implementadas em que, fruto do acompanhamento e monitorização desenvolvidos, será possível estabilizar e melhorar o serviço que prestamos aos nossos clientes. Tendo em vista garantir elevados níveis de execução do plano, são utilizadas estratégias de articulação sistemática entre as estruturas do IDT,IP (serviços centrais, regionais e unidades locais) que permitem a todo o momento estimular e apoiar, de forma integrada e complementar, a implementação das acções previstas, ou não previstas.
- ◆ A necessidade de uma intervenção estruturada, harmonizada e sustentada no âmbito da prevenção dos consumos em **Meio Laboral** implica um investimento prioritário nesta área, o qual se traduz na organização e execução de acções formativas e de sensibilização. O envolvimento dos Serviços Centrais e Locais do IDT,IP, bem como a eficaz articulação com os diferentes parceiros serão determinantes para a concretização de medidas que visam a redução de aspectos negativos do consumo de substâncias psicoactivas nos locais de trabalho, como tem vindo já a acontecer, nomeadamente no âmbito no Projecto “EURIDICE”.
- ◆ No âmbito do novo **Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM)** pretende-se dar continuidade à sua efectiva utilização e avaliação de *outputs* do sistema nas unidades de ambulatório/internamento, mantendo-se prevista a elaboração de um documento com levantamento de requisitos para o desenvolvimento aplicacional do SIM naquelas unidades.
- ◆ Decorrente do alargamento do domínio das competências às novas atribuições em matéria de problemas ligados ao uso nocivo do álcool, foi aprovada a revisão das estruturas de coordenação das políticas relativas à droga e às toxicodependências, através do Decreto-Lei n.º 40/2010 de 28 de Abril. Nesta sequência irão ser canalizados esforços para uma eficaz operacionalização e coordenação da nova **Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool** e consequente aprovação do seu regulamento interno.
- ◆ Para a dinamização da implementação do Plano de Acção 2009-2012 e PNRPLA 2010-2012, e o devido acompanhamento da sua execução, e em consonância com as recomendações formuladas no Relatório de Avaliação Interna do Plano de Acção-Horizonte 2008, destaca-se a reformulação das **Subcomissões da Comissão Técnica**, bem como a criação de uma subcomissão para o apuramento das despesas públicas, abrangendo as novas atribuições em matéria de problemas ligados ao uso nocivo do álcool.
- ◆ Em termos de **Cooperação Internacional** dar-se-á continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, promovendo-se a participação activa de Portugal ao nível das Nações Unidas, da União Europeia e do Conselho da Europa e fomentando o aprofundamento das relações bilaterais que Portugal mantém em matéria de droga, álcool e toxicodependências. Salienta-se, o acompanhamento do Comité de Acção e Política Nacional em matéria de álcool e a participação no Fórum Europeu sobre Álcool e Saúde, enquanto membro observador, bem como o acompanhamento da implementação da Estratégia Global para Reduzir o Uso Nocivo do Álcool, aprovada pela OMS, em Maio de 2010 e que contém um conjunto de medidas para combater o consumo excessivo de álcool. No âmbito da cooperação com os países da América Latina, importa destacar a participação do IDT,IP no Programa de Cooperação entre a América Latina e a União Europeia sobre políticas de luta contra a droga (Programa COPOLAD), que tem como objectivo reforçar as capacidades e incentivar o processo de elaboração de políticas de luta contra a droga nas suas diferentes etapas nos países da América Latina, bem como estabelecer uma ponte entre os dois continentes naquela matéria.

- ◆ Em 2011, de modo a responder mais adequadamente às necessidades nacionais e europeias em matéria de **disponibilização da informação**, continuará o investimento na consolidação e optimização do Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências (SNIDT) e em paralelo, a implementação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação sobre o Álcool (SNIA), com reforço na articulação inter-institucional.
- ◆ Relativamente às actividades planeadas em resposta às necessidades de promoção da **Investigação**, monitorização do consumo de álcool e drogas, em diversas populações, e aprofundamento do conhecimento sobre dinâmicas relacionados com estes consumos, salienta-se a repetição, em 2011, dos diversos estudos epidemiológicos, nas populações em geral, em meio escolar e prisional.
- ◆ De modo a potenciar uma intervenção técnica de excelência, pretende-se otimizar as **práticas formativas**, coordenando as expectativas e necessidades dos profissionais com as reais necessidades e estratégias deste Instituto, aprofundando competências técnicas e metodológicas que permitam a implementação e o acompanhamento, a gestão e avaliação dos projectos. Neste sentido, pretende-se, durante o ano de 2011, continuar a apoiar e a promover, numa linha de continuidade, Projectos que respondam efectivamente às necessidades formativas no domínio da droga, do álcool e das toxicodependências, privilegiando as parcerias estabelecidas e protocolos de colaboração existentes. Paralelamente, mantém-se a aposta no acolhimento e acompanhamento de Estágios, quer sejam curriculares, académicos ou profissionais.
- ◆ Não menos importante será a aposta em novos instrumentos de **divulgação da informação**, nomeadamente o Directório de Recursos do Álcool, prevendo-se, através de uma rede de articulação e de uma clara definição de circuitos, um incremento dos serviços prestados ao cidadão, nesta área, bem como a elaboração de um Glossário de Conceitos sobre o Álcool.

Os Processos

Na busca da qualidade e da excelência na actuação do Instituto, é fundamental investir na optimização de tempos e de procedimentos, controlando periodicamente os desvios verificados, e adequando as estratégias à estrutura de recursos existentes, essencialmente, através da monitorização, coordenação e avaliação dos projectos e das actividades promovidas pelo IDT,IP ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas financiadas e/apoiadas por este Instituto.

Para o efeito é necessário dar continuidade à criação/actualização de manuais de procedimentos, de boas práticas e de linhas de orientação; a implementação de sistemas de acompanhamento e avaliação dos projectos de intervenção, próprios ou co-financiados pelo IDT,IP; bem como à elaboração de estudos científicos que auxiliem à identificação de novos vectores de actuação e à avaliação das políticas implementadas.

Neste sentido, há a realçar para o ano de 2011, entre outros, o lançamento do procedimento concursal para adjudicação a uma entidade externa do processo de avaliação do PNCDT-2005-2012; a optimização do acompanhamento aos técnicos no desenvolvimento dos processos no terreno e o prosseguimento da certificação da qualidade nas várias unidades do Instituto, que estão em curso.

Os Recursos

Em 2011, dar-se-á continuidade à optimização dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos que possibilitem um desempenho de qualidade em todas as unidades orgânicas, com reflexos positivos no trabalho de terreno e nas populações-alvo que são o objectivo primeiro a que este Instituto se destina. Em termos de apoio a esta estratégia, continuará a promover-se a elaboração de instrumentos de gestão direccionados para a tomada de decisão.

Os recursos humanos postos à disposição do desenvolvimento da sua actividade são um dos importantes factores de sustentabilidade de um organismo. Como tal, o investimento na actualização dos conhecimentos dos técnicos do IDT,IP continuará a ser uma prioridade, apostando-se na formação especializada dos mesmos.

O facto de, conjunturalmente, o país continuar em situação de contenção orçamental, vem limitar o raio de acção, obstando potencialmente à realização cabal de certas actividades, mesmo persistindo-se na aplicação de uma política de controlo de custos e de eficiência de processos.

Em termos tecnológicos, a necessidade mantém-se de continuar a melhorar a componente de infra-estrutura computacional em articulação com a política de redução de custos.

A preparação deste Plano baseou-se num trabalho conjunto ao nível de todas as unidades orgânicas do IDT,IP. E sendo as unidades orgânicas constituídas por profissionais, continuamos a contar com o seu esforço, competência, empenho e atitude positiva na prossecução das actividades aqui planeadas, conforme se tem vindo a verificar, com apreço, desde sempre.

Dezembro de 2010

O Conselho Directivo

Vogal

Presidente



Manuel Ribeiro Cardoso



João Castel-Branco Goulão

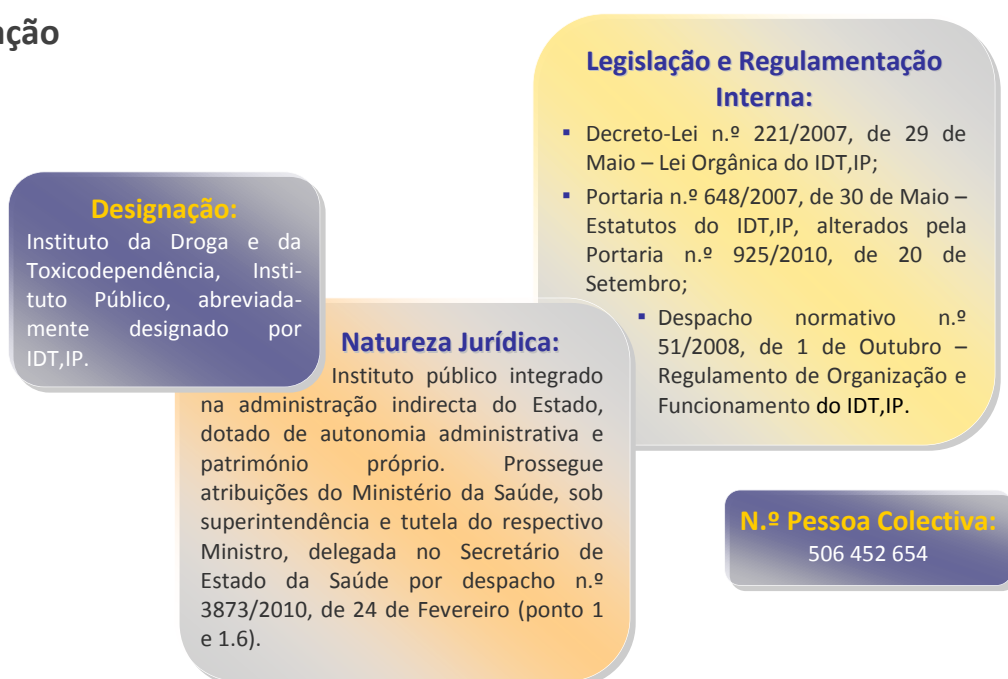
CARACTERIZAÇÃO DO IDT,IP

II – CARACTERIZAÇÃO DO IDT,IP

A caracterização apresentada neste capítulo tem por objectivo dar a conhecer alguns aspectos específicos deste Instituto, assimilando a sua identidade colectiva, a sua missão, a sua visão, os seus valores, os serviços que presta aos destinatários e a articulação na intervenção com parceiros congéneres ou outras instituições. Os meios humanos, financeiros e tecnológicos disponibilizados na prossecução dos objectivos e no desenvolvimento das actividades estão caracterizados no Capítulo VI – Recursos Previstos, deste Plano de Actividades (PA).

O Instituto da Droga e da Toxicodependência, IP (IDT,IP) não é um organismo recente considerando a sua génese em 1975, tendo desde então expandido o seu âmbito de actuação, por via de fusões com outros organismos da administração pública que também actuavam na problemática das toxicodependências.

Identificação



Missão

Promover a redução do consumo de drogas lícitas e ilícitas, bem como a diminuição das toxicodependências.



art.º 3º do Decreto-Lei n.º 221/2007, de 29 de Maio.

Visão

Ser a entidade nacional de referência, com reconhecimento internacional, para a intervenção nas condutas aditivas.

Valores

As competências e objectivos definidos para o IDT,IP são, substancialmente, os traçados na Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga 1999-2004 (ENLCD 1999-2004), no Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012 (PNCDDT 2005-2012) e no Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool 2010-2012 (PNRPLA 2010-2012), em coerência com a abordagem europeia.

Os valores definidos para a Organização são, maioritariamente, os princípios orientadores consagrados naqueles documentos de referência.



Estrutura Orgânica

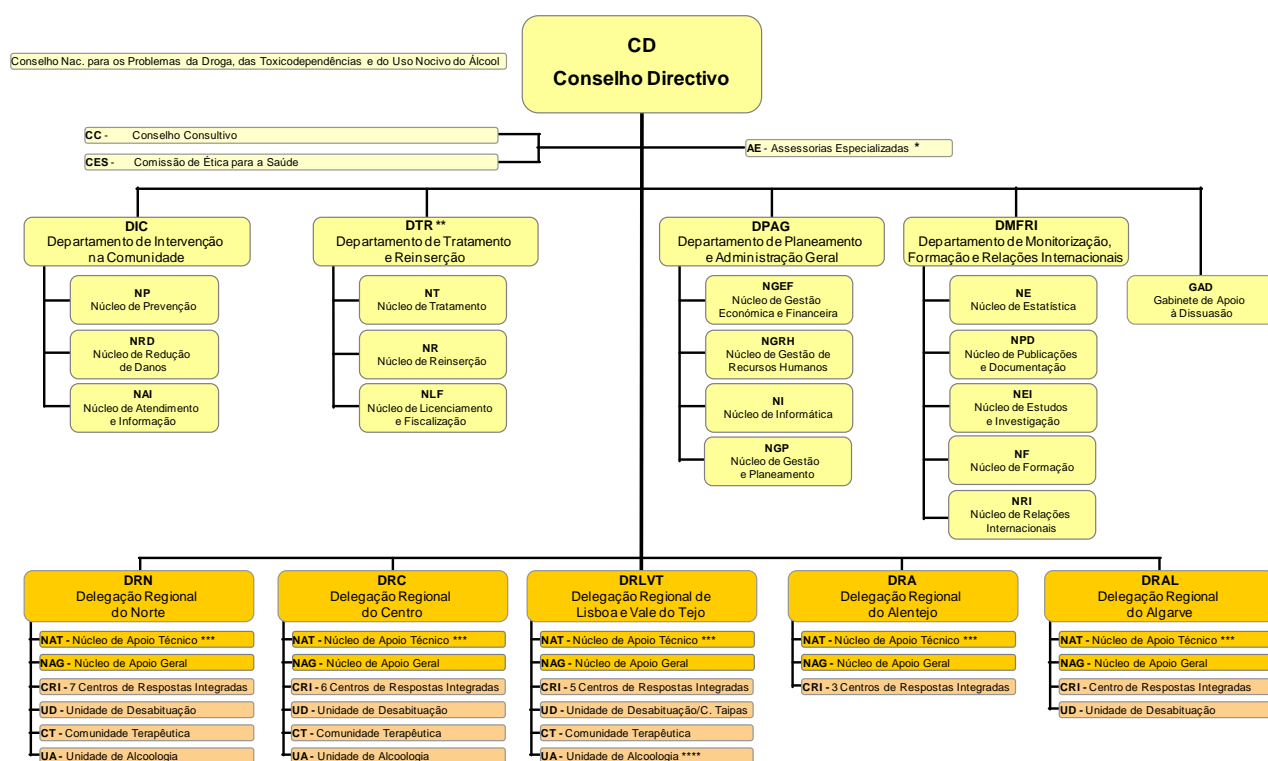
O IDT,IP é um organismo da administração indirecta do Estado, que prossegue as atribuições do Ministério da Saúde (MS) sob superintendência e tutela da respectiva ministra e exerce a sua actividade sobre todo o território nacional.

Tem sede em Lisboa onde estão instalados os *Serviços Centrais (SC)*.

Este Instituto é composto por serviços desconcentrados, designados por *Delegações Regionais (DR)* - Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, correspondendo o seu âmbito de actuação ao nível II da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) do continente.

Na dependência das Delegações Regionais estão as *Unidades de Intervenção Local (UIL)* [Centros de Respostas Integradas⁽¹⁾ (CRI), Unidades de Desabilitação (UD), Comunidades Terapêuticas (CT) e Unidades de Alcoologia (UA)].

Organograma do IDT,IP



* A criar conforme o n.º 8 do art.º 1 do Anexo da Portaria n.º 648/2007 de 30 de Maio.

** Junto ao DTR funciona o Conselho Clínico Interno, o Coordenador Nacional de Enfermagem e o Coordenador Nacional de Serviços Farmacêuticos.

*** O NAT integra um Responsável Clínico Regional e um Responsável de Enfermagem Regional.

**** Apoio às Delegações Regionais do Alentejo e Algarve.

Serviços Centrais
 Serviços Regionais
 Unidades de Intervenção Local

art.º 2º do Decreto-Lei n.º 221/2007, de 29 de Maio
 art.º 1º do anexo à Portaria n.º 648/2007, de 30 de Maio



⁽¹⁾ A estrutura orgânica dos CRI inclui, entre outros, as Equipas Técnicas Especializadas das áreas de missão e a Equipa Administrativa (Despacho normativo n.º 51/2008, de 1 de Outubro – Regulamento de Organização e Funcionamento do IDT,IP).

Tipificação dos Serviços

Serviços Centrais	São serviços de coordenação, planeamento, concepção, gestão técnico-normativa, fiscalização e da avaliação das actividades desenvolvidas nas diversas áreas de intervenção no domínio da droga, da toxicodependência e do alcoolismo, na perspectiva da melhor eficácia da execução das políticas e estratégias nacionais, os quais integram os serviços regionais e locais.
Delegações Regionais	São serviços desconcentrados a nível do território nacional que coordenam e gerem os serviços de âmbito regional e local do IDT,IP, nos vários vectores de intervenção.
Centros de Respostas Integradas	<p>São estruturas locais de cariz operativo e de administração, referenciados a um território definido e dispendo de Equipas Técnicas Especializadas para as diversas áreas de missão, englobando as unidades, recursos e estruturas do IDT,IP, dedicadas ao tratamento, prevenção, reinserção e redução de danos do respectivo território.</p> <p>Aos CRI compete executar as acções promovidas pela respectiva DR e SC no que respeita à prevenção das toxicodependências e alcoolismo, bem como à prestação de cuidados integrados e globais a doentes toxicodependentes e doentes com síndrome de abuso e/ou dependência de álcool, seguindo as modalidades terapêuticas mais adequadas a cada situação, em regime de ambulatório, com vista ao tratamento, redução de danos e reinserção desses doentes.</p>
Unidades de Desabilitação	São unidades de internamento de curta duração e realizam o tratamento de síndromes de privação em doentes toxicodependentes e doentes com síndrome de abuso e/ou dependência de álcool, sob responsabilidade médica, em regime de internamento.
Comunidades Terapêuticas	São unidades de internamento de longa duração e prestam cuidados a doentes toxicodependentes e doentes com síndrome de abuso e/ou dependência de álcool que necessitem de internamento prolongado, com apoio psicoterapêutico e socioterapêutico, sob supervisão psiquiátrica.
Unidades de Alcoologia	São unidades que prestam cuidados integrados e globais, em regime ambulatório ou de internamento, sob responsabilidade médica, a doentes com síndrome de abuso e/ou dependência de álcool, seguindo as modalidades de tratamento mais adequadas a cada situação e apoiando as actividades de intervenção dos CRI na área da alcoologia, enquanto unidades especializadas, de referência, com competências de formação específica.

Destinatários e Parceiros da Intervenção do IDT,IP

- ◆ A população-alvo das acções de prevenção, de dissuasão, de redução de riscos e minimização de danos, de tratamento e de reinserção, no âmbito do álcool e de outras substâncias psicoactivas;
- ◆ Os profissionais de saúde, educação e outros, os investigadores e os estudantes;
- ◆ As instituições nacionais - públicas e privadas - que participam nas diferentes áreas de intervenção;
- ◆ O Governo;
- ◆ A Assembleia da República;
- ◆ O Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), do qual o IDT,IP é o ponto focal nacional;
- ◆ As instituições internacionais – Organização das Nações Unidas (ONU), Conselho da Europa e União Europeia (UE).

METODOLOGIA

III - METODOLOGIA

Sendo o Plano de Actividades um documento estruturante que, em articulação com o orçamento, permite um melhor acompanhamento do ciclo anual de gestão, neste documento encontram-se discriminados: a estratégia, os objectivos a alcançar, as actividades previstas, a programação das acções e a necessária afectação de recursos.

Este Plano de Actividades para o ano de 2011 foi elaborado numa perspectiva de gestão por objectivos, nos termos do modelo constante no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, tendo sido desenhado de modo a assegurar a continuidade e o reforço das acções/actividades associadas aos objectivos estratégicos/operacionais que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito da missão atribuída a este Instituto.

Conscientes da complexidade das matérias que se cruzam neste plano, especificamente no que se refere às drogas ilícitas e lícitas (álcool), optou-se pela clarificação das seguintes metodologias utilizadas na elaboração deste capítulo:

- ◆ Nas últimas duas colunas das grelhas [Ref.º Planos Acção] faz-se a correspondência com a enumeração dos Objectivos/Acções inscritos no Plano de Acção Contra as Drogas e a Toxicodependência 2009-2012 (PACDT 2009-2012) e no PNRPLA 2010-2012;
- ◆ A responsabilidade, própria ou partilhada, das Unidades Orgânicas do IDT,IP, pela execução das diversas acções/actividades aqui planeadas está sinalizada na 5.ª coluna;
- ◆ As parcerias com entidades externas ao IDT,IP, bem como, algumas informações complementares à compreensão dos indicadores, estão assinaladas em nota de rodapé ou no final das respectivas secções (grelhas);
- ◆ Os indicadores e metas respeitam unicamente ao ano 2011;
- ◆ Quando não exista a possibilidade de quantificar a meta por impossibilidade do seu cálculo, muitas vezes porque depende da contribuição/articulação com outros organismos externos, ou de actividades que dependem da procura de determinados serviços do IDT,IP, como a Linha Vida, ou a documentação e informação, é colocada a sigla MNQ (Meta Não Quantificada).

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

IV – OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS – HORIZONTE 2012

Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências 2005 – 2012

Plano Operacional de Respostas Integradas – PORI (a)		
Construir uma rede global de respostas integradas e complementares , a nível local, com parceiros públicos e privados que vise a redução do consumo de substâncias psicoactivas.		
Áreas de Intervenção (Missão)	Prevenção	<p>Aumentar a qualidade da intervenção preventiva através do reforço da componente técnico – científica e metodológica.</p> <p>Aumentar a abrangência, a acessibilidade, a eficácia e a eficiência dos programas de prevenção.</p>
	Tratamento	<p>Garantir, a toda a população que o deseje, acesso em tempo útil a respostas terapêuticas integradas (articuladas e complementares).</p> <p>Disponibilizar uma oferta de programas de tratamento e de cuidados diversificada, abrangendo um amplo leque de abordagens psicossociais e farmacológicas, orientadas por princípios éticos e pela evidência científica.</p> <p>Implementar um processo de melhoria contínua da qualidade a nível de todos os programas e intervenções terapêuticas.</p>
	Dissuasão	<p>Garantir a eficiência na aplicação da lei, assegurando o acompanhamento adequado, justo, com qualidade técnica e que vá ao encontro das necessidades efectivas dos indiciados consumidores.</p> <p>Promover e garantir a articulação entre serviços com responsabilidades e/ou implicações na aplicação da lei.</p>
	Reinserção	<p>Garantir a abrangência e a transversalidade dos recursos institucionais/não institucionais da Reinserção nas várias áreas de vida do cidadão, de forma a facilitar o desenvolvimento de projectos de vida responsáveis e responsabilizantes.</p> <p>Potenciar a reinserção enquanto processo global, implicando todos os actores na óptica da abordagem e das respostas integradas, através de uma gestão participada e efectiva.</p>
	Redução de Riscos e Minimização de Danos	<p>Construir uma rede global de respostas integradas e complementares, no âmbito da redução de riscos e minimização de danos, com parceiros públicos e privados.</p> <p>Disponibilizar programas de Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD), a grupos específicos.</p>
Áreas de Intervenção (Transversais)	Coordenação	Assegurar a efectiva implementação das estruturas de coordenação do combate à droga e à toxicodependência.
	Cooperação Internacional	<p>Aumentar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas várias instâncias internacionais e regionais de cooperação, melhorando assim a eficácia da intervenção nacional.</p> <p>Fortalecer a participação de Portugal nos <i>fora</i> internacionais que abordam o fenómeno das drogas.</p> <p>Desenvolver as relações de cooperação em matéria de luta contra a droga, no âmbito dos mecanismos multilaterais e bilaterais existentes.</p>
	Informação, Investigação, Formação e avaliação	Contribuir para um maior e melhor conhecimento do fenómeno das drogas e das toxicodependências e para a melhoria contínua da qualidade das intervenções, de forma a apoiar a intervenção e a decisão e a contribuir para a melhoria dos resultados obtidos.
	Reordenamento Jurídico	Clarificar o quadro e relacionamento institucional.

(a) O PORI é considerado nas áreas de missão enquanto medida, a nível nacional, que preconiza o desenvolvimento de um sistema de resposta integradora das quatro áreas de missão do IDT,IP – Prevenção, Tratamento, Redução de Riscos e Minimização de Danos e Reinserção.

Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool 2010 – 2012

Áreas de Intervenção Prioritária	Jovens, crianças e grávidas	Diminuir a exposição ao álcool e as suas consequências nefastas em crianças por nascer e em crianças inseridas em famílias com problemas ligados ao álcool e reduzir o consumo de bebidas alcoólicas pelas crianças e jovens.
	Sinistralidade Rodoviária	Contribuir para a diminuição do número de mortos e de feridos devidos a acidentes rodoviários sob influência de álcool.
	Adultos e Meio Laboral	Prevenir os efeitos nocivos do álcool nos adultos e reduzir as repercussões negativas no local de trabalho.
	Prevenção, Formação, Comunicação e Educação	Aumentar a qualidade dos programas e das intervenções através do reforço da componente técnico-científica e metodológica, garantindo progressivamente a sua abrangência e eficiência.
	Sistemas de Informação e Recolha de Dados	Implementar e desenvolver um Sistema Nacional de Informação sobre o Álcool (SNIA) com vista a uma adequada gestão da informação e do conhecimento.
	Tratamento	Melhorar a acessibilidade e a capacidade de resposta às necessidades de tratamento.
	Reinserção	Criar condições para o desenvolvimento de percursos de inserção sustentados e duradouros.

Áreas Transversais	Coordenação	Definir uma estrutura coordenadora que propicie intra e interinstitucionalmente uma adequada, eficaz e eficiente consecução do PNRPLA.
	Cooperação Internacional	Aumentar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas várias instâncias internacionais e regionais de cooperação, melhorando assim a eficácia da intervenção nacional. Reforçar a participação de Portugal nas instâncias internacionais, que abordam os problemas ligados ao álcool.
	Informação, Investigação, Formação e avaliação	Contribuir para um maior e melhor conhecimento dos problemas ligados ao consumo de álcool e para a melhoria contínua da qualidade das intervenções, de forma a apoiar a intervenção e a decisão e a contribuir para a melhoria dos resultados obtidos.

OBJECTIVOS PRIORITÁRIOS - 2011

O presente PA encontra-se correlacionado com o ciclo anual de gestão e, face à nova perspectiva preconizada pelo Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, englobando, igualmente, o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR).

QUAR 2011

Objectivos Estratégicos (OE)

OE1. Assegurar ganhos em saúde potenciando a adesão ao tratamento.
OE2. Consolidar a capacidade de resposta às necessidades das populações, através dos diferentes programas das áreas de missão.
OE3. Consolidar e garantir a efectiva utilização do novo Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM).
OE4. Criar condições para a qualidade da intervenção, através da monitorização e avaliação dos programas e projectos apoiados pelo IDT,IP.
OE5. Fomentar a qualidade da intervenção e da informação divulgada, numa perspectiva de serviço público aberto à promoção da saúde e da cidadania.

Objectivos Operacionais (OP)

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO (QUAR)				Meta 2011	Tolerância	Valor Crítico
EFICÁCIA (Ponderação de 30%)						
OP1 - Consolidar a adesão ao tratamento (OE1)	Ind. 1 Peso:	20%	N.º total de utentes em tratamento nos CRI, no ano	35000	1000	40000
	Ind. 2 Peso:	20%	N.º total de novos utentes em tratamento nos CRI, no ano	6700	200	9000
	Ind. 3 Peso:	30%	% de novos utentes para tratamento nos CRI, com realização de um número mínimo de 3 consultas no ano	60%	3%	70%
	Ind. 4 Peso:	30%	% de utentes em tratamento nos CRI, com realização de um número mínimo de 5 consultas no ano	50%	3%	67%
Ponderação: 70%						
OP 2 - Garantir, através de uma intervenção integrada, resposta às necessidades identificadas (OE2)	Ind. 5 Peso:	40%	% de respostas de prevenção selectiva e indicada, com avaliação	60%	5%	65%
	Ind. 6 Peso:	30%	% de utentes com Plano Individual de Inserção	40%	5%	45%
	Ind. 7 Peso:	30%	% de intervenções em RRMD com diagnóstico actualizado ⁽¹⁾	60%	5%	65%
Ponderação 30%						

⁽¹⁾ Considera-se diagnóstico actualizado com menos de 2 anos.

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO (QUAR)				Meta 2011	Tolerância	Valor Crítico
EFICIÊNCIA (Ponderação de 40%)						
OP 3 - Efectivar a utilização e alargar o âmbito do novo Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM) (OE3)	Ind. 8 Peso:	30%	% de novos utentes com informação preenchida em todos os campos fundamentais	75%	5%	80%
	Ind. 9 Peso:	30%	Utilização do SIM em todas as unidades de internamento do IDT,IP até ao dia 15 de Dezembro de 2011	15 Dez	15 dias	Até 30 Nov
	Ind. 10 Peso:	40%	Desenvolver o módulo aplicacional do SIM que permite a monitorização das unidades de internamento convencionadas	15 Dez	15 dias	Até 30 Nov
Ponderação: 50%						
OP 4 - Maximizar a ocupação das unidades públicas de internamento (OE2)	Ind. 11 Peso:	35%	Taxa ocupação de internamentos em CT, no ano	85%	5%	90%
	Ind. 12 Peso:	25%	Taxa ocupação de internamentos em UD, no ano	75%	5%	80%
	Ind. 13 Peso:	40%	Taxa ocupação de internamentos em UA, no ano	90%	5%	95%
Ponderação 50%						
QUALIDADE (Ponderação de 30%)						
OP 5 - Desenvolver/optimizar o sistema de monitorização e avaliação dos programas e projectos apoiados pelo IDT,IP (OE4)	Ind.14 Peso:	40%	% de projectos com informação concluída e registada na base de dados, até ao final do ano	90%	2%	97%
	Ind. 15 Peso:	30%	% de projectos financiados pelo IDT,IP, com apresentação de pontos de situação, ao termo dos 1.º e 2.º anos de execução	90%	5%	95%
	Ind. 16 Peso:	30%	% de PRI com ficha de monitorização e avaliação semestral registada na Base de Dados	80%	5%	85%
Ponderação 35%						
OP 6 - Prosseguir a qualidade da informação divulgada (OE5)	Ind. 17 Peso:	50%	Nível de satisfação da informação disponibilizada na página electrónica do Directório do Álcool, através de um inquérito on-line (escala de 1 a 5 pontos)	3,5	0	4
	Ind. 18 Peso:	50%	% de pedidos de informação do Alto Comissariado da Saúde (ACS) sobre assuntos internacionais, respondidos dentro do prazo	95%	5%	100%
Ponderação 15%						
OP 7 – Aumentar o número de unidades certificadas (OE5)	Ind. 19 Peso:	50%	N.º de Unidades certificadas ao abrigo da Norma ISO 9001:2008 e também acreditadas pelo Instituto Português de Acreditação, IP (IPAC,IP)	4	0	5
	Ind. 20 Peso:	50%	N.º de novas unidades certificadas	3	0	4
Ponderação 25%						
OP 8 – Garantir o acesso efectivo a pelo menos uma acção de formação profissional aos nossos trabalhadores em funções públicas, incluindo dirigentes (OE5)	Ind. 21 Peso:	100%	% de trabalhadores em funções públicas, incluindo dirigentes, com acesso efectivo a pelo menos uma acção de formação profissional	40%	5%	50%
Ponderação 15%						
OP 9 – Garantir o cumprimento dos indicadores 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 14, 15, 16 e 21 por todas as DR	Ind. 22 Peso:	100%	N.º de indicadores cumpridos por cada região	7	1	12
Ponderação 10%						

***OBJECTIVOS OPERACIONAIS E
ACTIVIDADES PREVISTAS POR
ÁREAS DE INTERVENÇÃO***

V – OBJECTIVOS OPERACIONAIS E ACTIVIDADES PREVISTAS POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Áreas de Missão:

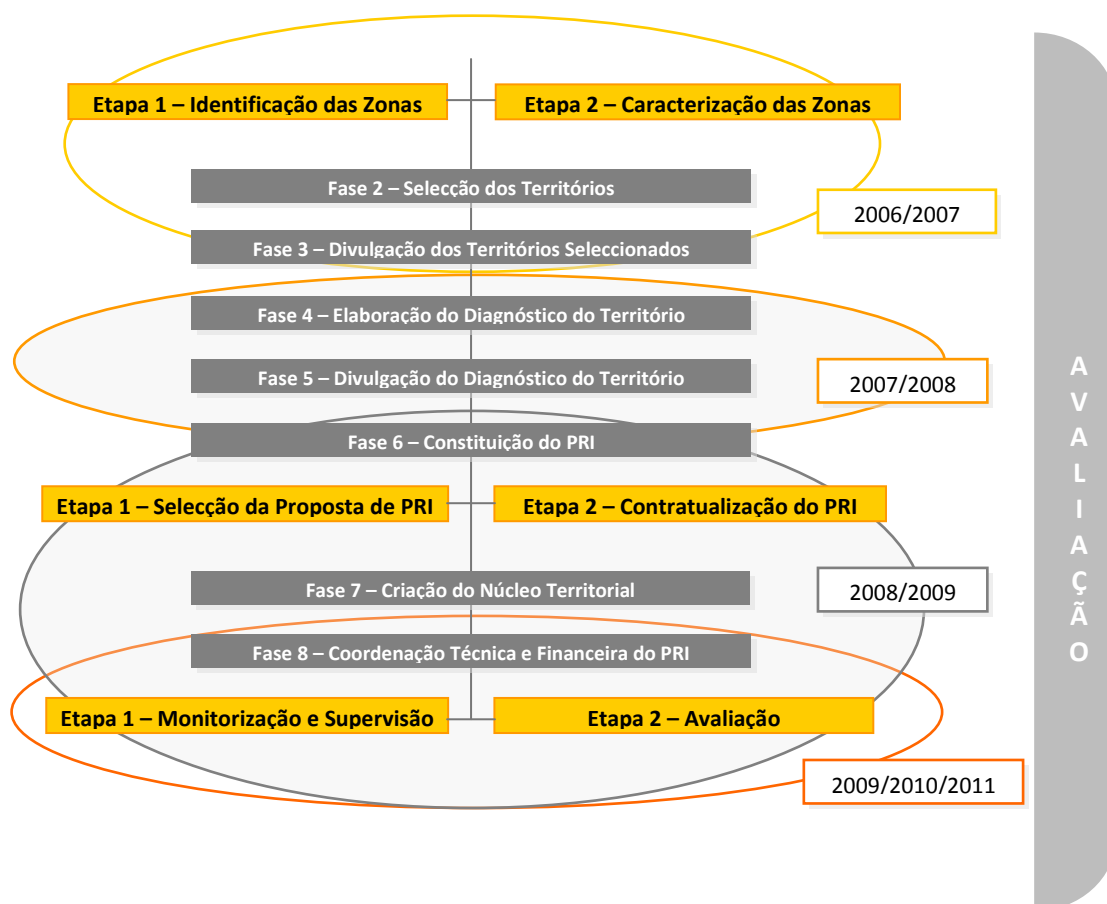
- Plano Operacional de Respostas Integradas
- Prevenção
- Dissuasão
- Redução de Riscos e Minimização de Danos
- Tratamento
- Reinserção
- Meio Laboral

Áreas Transversais:

- Coordenação
- Cooperação Internacional
- Informação/Investigação/Formação e Avaliação

PROGRAMA OPERACIONAL DE RESPOSTAS INTEGRADAS

Em 2011, o PORI – Plano Operacional de Respostas Integradas – enquanto medida que preconiza o desenvolvimento de um sistema de resposta integradora das quatro áreas de missão do IDT,IP, continuará a ser implementado numa estratégia mais abrangente que engloba intervenções ao nível social, educação, entre outras. Estão em execução 97 Programas de Respostas Integradas (PRI) - 69 co-financiados pelo IDT,IP e 28 sem necessidade de financiamento directo.



Tendo em conta que o processo de implementação dos PRI foi sendo faseado, em 2011 encontraremos diversas fases de avaliação, em que alguns destes estarão no seu primeiro momento de avaliação (términos do 1º ano de execução) e outros estarão já numa fase de prorrogação por mais dois anos. Assim, durante o corrente ano, a avaliação de resultados assumirá particular destaque, ao nível das intervenções locais (projectos), ao nível da intervenção territorial (PRI), bem como ao nível do Plano enquanto medida nacional.

Considerando que em 2010 se definiram todos os procedimentos inerentes às várias etapas do Plano, importa também avaliar a eficácia e a adequação dos circuitos e dos instrumentos em vigor, com vista a uma contínua melhoria da operacionalização do PORI. Continuará também a assumir particular destaque o papel dos Núcleos Territoriais enquanto centro de discussão local e catalisador da intervenção a implementar no território.

Para o ano de 2011 investir-se-á numa dinâmica de divulgação do PORI, através do desenvolvimento de momentos de discussão, sensibilização e formação dirigida a responsáveis e técnicos de outros serviços que entendam adoptar este modelo.

I - Resultado a atingir

Construir uma rede global de respostas integradas e complementares, a nível local, com parceiros públicos e privados que vise a redução do consumo de substâncias psicoactivas.

Objectivo Operacional

Reforçar a intervenção de incidência local com base em Programas de Respostas Integradas.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.º Planos de Acção	
					Droga	Álcool
1	Implementação e coordenação dos PRI co-financiados	N.º de Núcleos Territoriais em funcionamento / N.º de PRI formalizados	100%	DR/CRI		
		% de PRI com ficha de monitorização e avaliação semestral registada na base de dados [QUAR – Ind. 16]	80%	DR/CRI		
		N.º de Projectos da área da Prevenção	63	DR/CRI	35.1	
		N.º de Projectos da área da Redução	33	DR/CRI	41.1	
		N.º de Projectos da área da Tratamento	2	DRN; DRLVT e respectivos CRI	50.1	
		N.º de Projectos da área da Reinserção	35	DRN; DRC; DRLVT e respectivos CRI	59.4	
2	Implementação e coordenação dos PRI sem necessidade de financiamento	N.º de Núcleos Territoriais em funcionamento / N.º de PRI formalizados	75%	DRN; DRC; DRA e respectivos CRI		
		N.º de PRI com avaliação realizada / N.º de PRI com avaliação prevista	75%	DRN; DRC; DRA e respectivos CRI		
		N.º de Projectos da área da Prevenção	24	DRN; DRC; DRA e respectivos CRI	35.1	
		N.º de Projectos da área da Redução	10	DRN; DRC e respectivos CRI	41.1	
		N.º de Projectos da área da Tratamento	5	DRN; DRC e respectivos CRI	50.1	
		N.º de Projectos da área da Reinserção	13	DRN; DRC e respectivos CRI	59.4	
3	Avaliação técnica e financeira dos projectos co-financiados no âmbito dos PRI	N.º de Projectos avaliados / N.º de projectos contratualizados	75%	DR/CRI		
		% de projectos com informação concluída e registada na base de dados, até ao final do ano ⁽²⁾ [QUAR – Ind. 14]	90%	DR/CRI		
		% de projectos financiados pelo IDT,IP, com apresentação de pontos de situação, ao termo dos 1º e 2º anos de execução [QUAR – Ind. 15]	90%	DR/CRI		
4	Realização de auditorias técnico-financeiras a projectos co-financiados no âmbito dos PRI	N.º de Projectos auditados / N.º de Projectos em desenvolvimento do 3.º concurso	10%	DIC; DTR; DPAG		
5	Actualização de diagnósticos territoriais para os problemas da adicção	N.º diagnósticos realizados	2	CRI Aveiro		
6	Participação em Conselhos Locais de Acção Social (CLAS)	N.º de representações/participações	11	CRI Aveiro		
7	Participação em Conselhos Municipais de Segurança	N.º de representações/participações	6	CRI Aveiro		

⁽²⁾ Entidades Privadas envolvidas nos Projectos.

PREVENÇÃO

Durante o ano de 2010, o Núcleo de Prevenção e as estruturas regionais e locais da área da prevenção prosseguiram o caminho de descentramento das substâncias nas abordagens preventivas, privilegiando os grupos vulneráveis, os contextos, os padrões de consumo e os comportamentos associados, sem esquecer as especificidades próprias de cada uma das substâncias psicoactivas (SPA) e dos seus efeitos nos indivíduos.

A intervenção teve como pano de fundo o cumprimento dos grandes objectivos estratégicos para a área da Prevenção, ou seja, prevenir o início do consumo de SPA, a continuação do uso e do abuso e a passagem do uso ao uso nocivo, ao abuso e à dependência, de acordo com um paradigma de intervenção que tem em conta os padrões de consumo e o conhecimento produzido mais recentemente que recomenda a intervenção a partir do grau de risco dos indivíduos, dos grupos e da comunidade.

Estes grandes objectivos dizem respeito a substâncias lícitas, nomeadamente o álcool, e a substâncias ilícitas (alguns dos padrões de consumo incluem os dois grupos de substâncias, principalmente nos jovens).

Um grande número de intervenções foi dirigido a grupos alargados, nomeadamente a estudantes ou à comunidade em geral, através de estratégias de prevenção universal eficazes e avaliadas; porém, procurou-se incrementar a intervenção focalizada nos grupos, indivíduos e contextos que mais poderão beneficiar do contributo de um organismo especializado, na abordagem da temática dos consumos e da toxicodependência.

A incidência preferencial em intervenções de prevenção selectiva e indicada pressupõe um acompanhamento de maior proximidade por parte dos técnicos, e destes pelas diferentes estruturas do IDT/IP, a fim de se assegurar a harmonização e a coerência da intervenção.

Essa opção estratégica implicou o reforço do investimento nos meios de diagnóstico para identificação dos problemas, na definição das prioridades, na produção e disseminação de indicadores, na monitorização e na avaliação das intervenções, quer sejam as promovidas pelo próprio IDT/IP, quer sejam as apoiadas e/ou financiadas pelo Instituto. A ênfase dada aos aspectos ligados ao planeamento das intervenções, à monitorização e avaliação, assim como ao papel dos técnicos nas intervenções, de acordo com as suas competências foi sentida como uma necessidade para a qualificação do trabalho efectuado.

Este investimento deverá necessariamente reflectir-se na melhoria da qualidade e das boas práticas, assim como na eficácia das intervenções, e deverá levar a uma maior eficiência, isto é, a alcançar os resultados pretendidos sem dispêndio excessivo de recursos, financeiros e técnicos.

A participação de forma integrada na aplicação do PORI foi enriquecida com os contributos do conhecimento e práticas adquiridas em outras intervenções.

Durante 2010 foi desenvolvido um processo formativo alargado dirigida aos técnicos das equipas de prevenção, de modo a promover uma melhor clarificação dos conceitos-chave para a intervenção e das estratégias mais adequadas para atingir os objectivos e os resultados pretendidos. Procurou-se, assim, contribuir para o aumento da capacidade de planeamento e monitorização das intervenções ao nível local, regional e nacional, com consistência técnica e harmonização das linhas de intervenção em todo o país.

Em 2011, o investimento será no sentido de consolidar o trabalho efectuado nos anos anteriores, incidindo na definição de linhas de orientação para a intervenção consistente e baseada na evidência científica, no reforço da articulação entre os níveis nacional, regional e local, e, transversalmente, com as outras áreas de missão em áreas confluentes (contextos festivos/recreativos, meio universitário, aconselhamento/atendimento de jovens, meio laboral), assim como no processo de qualificação do Núcleo de Prevenção.

Criam-se, assim, condições para a preparação da elaboração do próximo Plano de Acção que poderá ser mais coerente, mais consistente e mais adaptado aos desafios que as mudanças dos últimos anos nos colocam na intervenção.

O Núcleo de Atendimento e Informação (NAI), relativamente à sua área de actuação, concorre para os objectivos operacionais da prevenção, uma vez que a sua actividade se inscreve essencialmente na área preventiva.

O NAI, relativamente ao ano de 2011, pretende consolidar as áreas tecnológicas, assim como rever e colocar novas funcionalidades no Tu- Alinhas de forma a conseguir uma optimização e maior eficiência da ferramenta.

No que concerne à Prevenção em Meio Escolar, e ao Projecto Eu e os Outros, a perspectiva é de consolidação da articulação com o ME/DGIDC e restantes parceiros institucionais. O futuro passa pelo desenvolvimento sustentado e a contínua monitorização e avaliação. O ano de 2011, com a creditação implementada, vai permitir ainda dar uma maior consistência à avaliação da aplicação.

Ao nível da produção de materiais, o NAI mantém a responsabilidade e compromisso na produção, adaptação e implementação (impresso e *online*) de novos conteúdos para materiais preventivos.

Ao nível Europeu, o enfoque mantém-se na gestão da FESAT através da promoção da articulação entre serviços e na produção de linhas orientadoras comuns, e através do Programa Leonardo da Vinci Mobilidades.

I - Resultado a atingir

Redução quantificável do consumo de drogas, da toxicodependência, dos riscos para a saúde e dos riscos sociais relacionados com as drogas.

Objectivo Operacional

Melhorar a qualidade de programas/projectos que promovam intervenções baseadas em evidência científica.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.º Planos de Acção	
					Droga	Álcool
1	Consolidação e implementação de um sistema de validação técnica de programas ⁽³⁾	Manual de validação	1	DIC/NP	32.1	
		N.º de programas validados	MNQ			
2	Consolidação e implementação de um sistema de avaliação de programas e intervenções validadas	N.º de projectos avaliados	23		32.2	
		N.º de projectos aprovados	MNQ			
3	Elaboração e divulgação de um catálogo de programas preventivos	N.º de projectos inseridos no catálogo	MNQ	DIC/NP/NAI	32.3	
4	Directório de Recursos para o Álcool: ⁽⁴⁾ <ul style="list-style-type: none"> Levantamento de Projectos /Programas já implementados /experimentados com avaliação Divulgação do trabalho realizado, nomeadamente ao nível das boas práticas 	N.º de conteúdos produzidos para inserção no Directório de Recursos	5	DIC; DMFRI/AALA		13.1 14.2
5	Colaboração na criação de um sistema informático de suporte à actividade de prevenção do IDT,IP	Base de dados dos diferentes programas	1	DIC/NP/NAI	32.4	
		Relatórios de avaliação semestral	2			
6	Promoção de apoio técnico e/ou financeiro a programas/projectos de intervenção , nos grupos e/ou contextos considerados prioritários, garantindo a qualidade do processo de selecção, monitorização e acompanhamento ⁽⁵⁾	N.º de programas/projectos apoiados	70	DIC; DPAG		13.2
		Relatórios dos programas/projectos	44			
7	Criação de um sistema de auditoria técnico-financeira dos projectos preventivos	N.º de projectos auditados / N.º de projectos apoiados	10%	DIC/NP	32.5	
		Relatórios de avaliação sobre as auditorias	MNQ			
8	Divulgação de linhas orientadoras para atendimento de adolescentes com problemas de uso / abuso de drogas , no âmbito do Ministério da Saúde, com outros Serviços e entidades com intervenção neste domínio ⁽³⁾	Divulgação do documento	1	DIC/NP; DTR/NR/NT	32.6	

Objectivo Operacional

Criar e divulgar materiais que sustentem a qualidade da intervenção preventiva, em contextos considerados prioritários.

9	Produção e/ou adaptação de materiais técnico-pedagógicos adequados às intervenções preventivas , com a finalidade de os inserir no Directório de Recursos, no caso do Álcool ⁽³⁾	N.º de materiais produzidos e/ou adaptados	5	DIC/NAI/NP; DMFRI	33.1	15.1 1.2
		N.º de locais de divulgação	1			
10	Produção e/ou adaptação de planos de formação (módulos) ao nível da intervenção preventiva	N.º de planos de formação (módulos) produzidos e/ou adaptados	5	DIC//NP/NAI; DTR/NT; DMFRI/NF	33.2	12.1

⁽³⁾ Em parceria com o ME/DGIDC.

⁽⁴⁾ Em parceria com ONG e outras entidades.

⁽⁵⁾ Em parceria com outras entidades.

II - Resultado a atingir

Aumentar a abrangência, a acessibilidade, a eficácia e a eficiência dos programas de prevenção.

Objectivo Operacional

Reforçar as intervenções de prevenção universal eficazes e avaliadas.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s)	Ref.ª Planos de Acção	
				Responsável(eis)	Droga	Álcool
11	Realização de intervenções de informação/sensibilização, integradas e focalizadas, sobre as substâncias psicoactivas e riscos associados ao seu consumo, em articulação com outras entidades ⁽⁶⁾	N.º de acções realizadas	79	DIC/NP; DR/CRI	34.1	13.3
		População abrangida	2180			
		N.º de instrumentos de avaliação de conhecimentos e atitudes	12			
	Continuação da intervenção em festas e festivais académicos, reforçando as interfaces com o Meio Universitário (em articulação com a Área de Missão de Redução de Danos)		Ver RRMD Itens referentes à Prevenção, Acção n.º 23			
12	Reforço do desenvolvimento de acções de sensibilização sobre os Problemas Ligados ao consumo de Álcool (PLA) ⁽⁷⁾	N.º de acções realizadas	26	DIC/NP; DTR/NR; DMFRI/NF; DR/CRI		14.3
		N.º de participantes abrangidos	940			
13	Reforço das intervenções de prevenção universal eficazes e avaliadas nas escolas ⁽⁶⁾	N.º de intervenções	71	DIC; DR/CRI	34.2	
		População abrangida	3930			
	🔥 Projecto “Eu e os Outros” ⁽⁸⁾	N.º de intervenções (escolas abrangidas)	127	DIC/NAI; DR/CRI		
		N.º de alunos abrangidos	5910			
		N.º de professores aplicadores	258			
	🔥 Projecto “Copos, quem decide és tu” ⁽⁹⁾	N.º de intervenções em escolas	MNQ	DIC/NP; DR/CRI		
		N.º de participantes abrangidos	MNQ			
14	Análise da abordagem dos conteúdos relativos às SPA, nas áreas curriculares disciplinares e não disciplinares ⁽¹⁰⁾	Documento produzido	-	DIC ⁽¹¹⁾	34.3	15.2
15	Reforço das intervenções de prevenção universal eficazes e avaliadas no meio escolar profissional	N.º de intervenções por contexto: 🔥 meio escolar profissional	28	DIC/NP; DTR/NR; DR/CRI	34.4	
16	Consolidação das respostas de atendimento da Linha Vida , utilizando as TIC	N.º de chamadas da Linha Vida	MNQ	DIC/NAI	34.5	
		N.º de visitas ao Sítio “Tu Alinhas”	MNQ			
17	Campanhas de informação	Campanhas de âmbito nacional	1	DIC; DR/CRI	X	13.3
		Campanhas de âmbito regional/local	9			

Objectivo Operacional

Reforçar a intervenção de incidência local com base em programas de respostas integradas.

18	Colaboração na implementação, monitorização e avaliação do PORI com os outros vectores do Eixo de Redução de Procura, em articulação com outras entidades	Ver PORI Itens referentes à Prevenção	SC/PORI; DR/CRI	35	
----	--	--	-----------------	----	--

⁽⁶⁾ Em parceria com outras entidades.

⁽⁷⁾ Em parceria com o ME/DGIDC, ARS, CONFAP, APEF e outras entidades.

⁽⁸⁾ Acções de prevenção universal realizadas através do Projecto “Eu e os Outros”.

⁽⁹⁾ A CVP deverá dar o n.º de acções e de participantes.

⁽¹⁰⁾ Em parceria com a ME/DGIDC, IPJ,IP.

⁽¹¹⁾ Da competência do ME/DGIDC. Participação do IDT,IP quando solicitada.

Objectivo Operacional

Reforçar as intervenções de prevenção selectiva e indicada.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
19	Desenvolvimento em colaboração com outras entidades de Programas /Intervenções de prevenção selectiva e indicada em grupos, indivíduos e/ou contextos específicos	N.º de projectos por contexto	45	DIC/NP; DR/CRI	36.1 (a)	
		População abrangida	956			
		Resultados alcançados / Resultados previstos	60%			
		% de respostas de prevenção selectiva e indicada, com avaliação [QUAR – Ind. 5]	60%			
20	Reforço, nas escolas, das intervenções de prevenção selectiva e indicada, eficazes e avaliadas ⁽¹²⁾	N.º de projectos	50	CRI	36.2	
		População abrangida	444			
		Resultados alcançados / Resultados previstos	60%			
		% de respostas de prevenção selectiva e indicada, com avaliação [QUAR – Ind. 5]	60%			
		Relatórios por projecto	4			
21	Participação no reforço de um sistema de atendimento a adolescentes numa lógica de diagnóstico e intervenção precoces ⁽¹²⁾ (Intervenções de prevenção indicada, eficazes e avaliadas)	Relatórios de actividades	1	DIC/NP; DTR/NT; DR/CRI	36.3 (b)	
		Nº de atendimentos de adolescentes	3920			
		Nº de encaminhamentos	20			
		Nº de consultas de apoio familiar	750			
		Participação no Programa “Bairros Críticos”	2			

(a) Tais como: Casa Pia e outros similares.

(b) Tais como: PIAC e outros similares.

⁽¹²⁾ Em parceria com o ME/DGIDC, e o IPJ.

A área de missão da Dissuasão tem vindo a cimentar-se através do reconhecimento interno e internacional, devido aos efeitos positivos que a descriminalização trouxe para a esfera jurídica do consumidor e para o fenómeno em geral da redução da procura e da oferta.

Esta área, visa concretizar um conjunto de objectivos estratégicos, que são complementares com as estratégias das outras áreas de intervenção do IDT,IP, tendo por objectivo comum reduzir o consumo de drogas ilícitas e os seus efeitos nefastos em termos sociais e de saúde, fomentando, assim, a inclusão social.

Em 2011, e dentro das competências que o IDT,IP detém na área da Dissuasão, continuar-se-á a acompanhar as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT), procurando harmonizar práticas e procedimentos jurídicos e psicossociais, nomeadamente, através de apoio técnico, emissão de pareceres e orientações sobre matérias associadas à operacionalização da lei e ainda através do controlo e acompanhamento das decisões proferidas, tendo em vista a uniformização.

Pretende-se melhorar a dinâmica de articulação entre parceiros, quer internos quer externos, que têm responsabilidades ou intervenção na operacionalização da Lei n.º 30/2000, de modo a garantir-se a sua aplicação de forma mais eficiente.

Para o efectivo cumprimento dos objectivos da área da Dissuasão constantes no **Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicodependências 2009 - 2012**, foi fundamental a aprovação pela Tutela das propostas sugeridas para a atribuição de competências ao IDT,IP, que permitirão um efectivo acompanhamento da operacionalização da Lei, nos termos constantes do Despacho n.º 9467, de 4 de Junho de 2010, pelo que se tentará a **optimização do acompanhamento das CDT pelo IDT,IP e a harmonização de práticas e procedimentos das Comissões no âmbito da aplicação da lei** e, portanto, do presente Plano de Actividades.

Pretende-se que seja um ano de consolidação de procedimentos e práticas a serem vertidos num Manual de Boas Práticas da área de intervenção da Dissuasão, através da constituição de grupos de trabalho e da obtenção de certificação de qualidade de alguns procedimentos técnicos, para efeitos de uniformização.

Para o efeito, contar-se-á com os melhoramentos ao Registo Central e de outras aplicações informáticas de recolha de dados das CDT, para melhor tratamento da informação e apuramento da eficácia das medidas.

Prevê-se, ainda:

- ◆ Dar apoio e orientação sobre a implementação do regime de avaliação de desempenho relativo aos membros e aos trabalhadores das CDT;
- ◆ Supervisionar e acompanhar as CDT, no seu funcionamento, desempenho e eficácia do Modelo de Dissuasão já implementado;
- ◆ Propor a criação de novas CDT para os distritos com maior concentração de processos em zonas comprovadamente carecidas de respostas nesta área de missão do IDT,IP;
- ◆ Propor e promover o reforço de técnicos e profissionais, de forma a apostar na especialização das equipas das CDT.

Em 2011, para comemoração dos 10 anos de existência das políticas portuguesas sobre a Descriminalização do consumo de drogas e da implementação das CDT, em cada distrito, pretende-se realizar um encontro nacional com todas as CDT e demais entidades envolvidas no processamento e execução das contra-ordenações por consumo de drogas em Portugal.

Para a realização dos objectivos e actividades que pretendemos concretizar, foram definidas acções e indicadores de referência, nos termos das grelhas que se seguem.

I - Resultado a atingir

Garantir a eficiência na aplicação da lei, assegurando o acompanhamento adequado, justo, com qualidade técnica e que vá ao encontro das necessidades efectivas dos indiciados consumidores.

Objectivo Operacional

Optimizar o acompanhamento das CDT pelo IDT,IP, harmonizar práticas e procedimentos das CDT no âmbito da aplicação da lei, adequar as práticas e procedimentos das CDT à realidade heterogénea do consumo de drogas.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
1	Realização de intervenções informativas com vista à optimização da articulação da intervenção na área dos consumos, junto das entidades com responsabilidade na aplicação da Lei n.º 30/2000	N.º de reuniões ou acções ⁽¹³⁾	1	GAD/CDT		
2	Participação em reuniões ou acções de formação/supervisão ou esclarecimentos noutras estruturas do IDT,IP, nomeadamente nos CRI	N.º de reuniões ou de acções ⁽¹³⁾	1	GAD/CDT		
3	Realização de reuniões temáticas	N.º de reuniões temáticas ⁽¹³⁾	2	GAD/CDT		
4	Promoção de troca de experiências entre CDT e/ou outras entidades responsáveis tendo em vista a justiça e equidade nacional na aplicação da Lei n.º 30/2000, nomeadamente nas sanções, nos encaminhamentos e nos acompanhamentos	N.º de documentos orientadores ⁽¹³⁾	1	GAD		
5	Apoio técnico em matérias jurídico, processuais e psicossociais às CDT	Resposta a pedidos concretos / N.º de pedidos	100%	GAD		
6	Emissão de pareceres e orientações sobre matérias associadas ao funcionamento das CDT e da operacionalização da lei	N.º de Pareceres e propostas de orientações produzidas / N.º de pedidos	100%			
7	Controlo e acompanhamento das decisões proferidas no âmbito do quadro legal vigente (Lei n.º 30/2000 e Decreto-Lei n.º 130/2001), no âmbito do funcionamento de cada CDT	N.º de relatórios	1			
8	Gestão da base de dados nacional – Registo Central. Actualização e tratamento de dados, resposta a consultas de dados, preparação de dados para efeitos de diagnósticos territoriais, fornecimento de BI provisórios, inserção de dados, zelar pelo bom funcionamento da aplicação	Actualização, manutenção, tratamento de dados e destruição do arquivo, nos termos legais	100%			
9	Eliminação de todos os registos individuais a nível nacional cumprindo o disposto no artigo 6º da Portaria n.º 604/2001	N.º de processos arquivados ao abrigo do nº. 1, art.º 6º da Portaria n.º 604/2001 / N.º de processos	100%			

⁽¹³⁾ O cumprimento destas acções depende, em grande parte, do reforço de profissionais técnicos afectos ao Gabinete para o prosseguimento das mesmas.

II - Resultado a atingir

Promover e garantir a articulação entre serviços com responsabilidades e/ou implicações na aplicação da lei.

Objectivo Operacional

Melhorar a articulação interna com os serviços e as respostas do IDT,IP e outras respostas convencionadas.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.º Planos de Acção	
					Droga	Álcool
10	Promoção e/ou melhoria dos mecanismos de articulação interna com os CRI ao nível das respostas preventivas	N.º de reuniões	1	GAD/CDT		
		Aumentar o n.º de indiciados encaminhados para respostas específicas da área da prevenção	5%			
11	Articulação com as respostas existentes no âmbito da redução de riscos e minimização de danos	N.º de reuniões	1			
		Aumentar o n.º de indiciados encaminhados para respostas específicas da área da RRMD	5%			
12	Melhoria dos níveis de articulação com as ET, CRI e outras respostas de tratamento, de acordo com o previsto na lei	N.º de reuniões	1			
		Aumentar o n.º de indiciados encaminhados para respostas específicas da área do tratamento	5%			

Objectivo Operacional

Potenciar a articulação intra-ministerial no âmbito dos serviços do Ministério da Saúde.

13	Articulação com os Centros de Saúde, Hospitais e outros serviços de saúde ⁽¹⁴⁾	Aumentar o n.º de encaminhamentos para estas estruturas de saúde	5%	GAD/CDT		
----	---	--	----	---------	--	--

Objectivo Operacional

Fomentar a articulação interministerial, com as tutelas com competências formais no âmbito da aplicação da lei e com as tutelas cuja missão abarque respostas no âmbito da toxicodependência.

14	Efectivação e reforço da articulação e do trabalho em parceria com as autoridades policiais, os tribunais e os governos civis ⁽¹⁵⁾	Aumentar o n.º de processos	2%	GAD/CDT		
		Aumentar o grau de execução das sanções, nomeadamente das coimas	5%			
		Aumentar o n.º de encaminhamentos	5%			
15	Promoção da articulação junto dos parceiros com respostas dirigidas à população consumidora e em situação de desintegração social	N.º de reuniões	1			
		Aumentar o n.º de encaminhamentos	5%			
16	Melhoria e redefinição dos procedimentos a adoptar junto de indiciados reclusos ou com medidas penais	N.º de reuniões	1			
		Aumentar o grau de execução das medidas	5%			

⁽¹⁴⁾ Em parceria com a DGS/MS.

⁽¹⁵⁾ Em parceria com o MS, MAI, MJ, MTSS, DGSP, CSM, CSMP.

REDUÇÃO DE RISCOS E MINIMIZAÇÃO DE DANOS

As políticas de redução de riscos e minimização de danos em Portugal são orientadas por dois princípios fundamentais:

O **princípio do humanismo**, que reconhece a plena dignidade humana das pessoas, implica a adopção de intervenções que permitam preservar nos toxicodependentes a consciência da sua própria dignidade, que facilitem o acesso a programas de tratamento e que minimizem a sua marginalização e exclusão.

Por outro lado, o **princípio do pragmatismo**, que complementa o princípio humanista, implica a promoção de intervenções que minimizem os efeitos do consumo de drogas e salvaguardem a sua inclusão social, favorecendo a diminuição do risco de disseminação de doenças infecto-contagiosas e a redução de criminalidade associada ao uso e abuso de substâncias psicoativas (SPA).

Respeitando a filosofia destes princípios, bem como o quadro normativo enquadrador da intervenção no âmbito da redução de riscos e minimização de danos, importa agora continuar e reforçar a complementaridade desta área específica com toda a estratégia adoptada pelo IDT,IP que visa a integração das respostas de todas as áreas de missão.

Em matéria de Redução de Riscos e Minimização de Danos toda a intervenção consiste em promover a mudança do comportamento dos consumidores de substâncias psicoactivas, a fim de diminuir os riscos nos casos em que não é possível impedir o consumo ou conseguir a abstinência numa primeira abordagem. A adopção de modos de consumo de menor risco faz parte dessa abordagem, assim como iniciativas destinadas a prestar ajuda e assistência aos utilizadores de drogas doentes ou socialmente excluídos, captando a sua confiança para alcançar, gradualmente, uma melhoria da sua qualidade de vida.

A prioridade da intervenção no âmbito deste vector traduziu-se, em 2010, essencialmente na harmonização, consolidação e integração destas políticas numa rede alargada de respostas com vista à prevenção e redução de atitudes ou comportamentos de risco acrescido e minimização de danos individuais e sociais provocados pelo uso e abuso de substâncias psicoactivas.

Com o objectivo de uma preparação, faseada, da avaliação do Plano de Acção Nacional – Horizonte 2012 os grandes objectivos para a área de Redução de Riscos e Minimização de Danos em 2011 são:

Sistematizar e analisar a informação recolhida através das estruturas de proximidade, com vista a um processo de avaliação que garanta a real percepção dos resultados obtidos no âmbito da implementação Rede Nacional de Redução de Riscos e Minimização de Danos;

Qualificar através de um processo de melhoria contínua o modelo de acompanhamento, monitorização e avaliação de programas e projectos da área da Redução de Riscos e Minimização de Danos, no sentido de progressivamente aumentar a eficácia e eficiência destas políticas;

Consagrar pela sua importância, numa abordagem integrada ao fenómeno das dependências, a continuidade das políticas de redução e minimização de danos em Portugal.

Para além das actividades descritas nas grelhas que se seguem, as equipas da área de Redução de Riscos e Minimização de Danos deverão, decorrentes do normal funcionamento e cumprimento das suas atribuições, assegurar as seguintes actividades no ano de 2011:

- ◆ Apoiar e coordenar a execução técnica do PORI na área da RRMD;
- ◆ Emissão de pareceres técnicos sobre renovação, adaptação e criação de respostas de RRMD;
- ◆ Definição de Linhas Orientadoras para implementação, acompanhamento, monitorização e avaliação de programas e estruturas de RRMD;

-
- 🔥 Formação interna e externa;
 - 🔥 Abertura de procedimentos de atribuição de financiamento de programas e estruturas de RRMD;
 - 🔥 Recolha e tratamento de dados sobre implementação dos projectos a nível local, regional e nacional;
 - 🔥 Monitorização do fenómeno através da recolha e tratamento da informação obtida pelo Mecanismo de alerta Nacional;
 - 🔥 Criação e adaptação de instrumentos de suporte ao acompanhamento, monitorização e avaliação de programas e estruturas de RRMD;
 - 🔥 Apoio técnico e supervisão às intervenções a decorrer no terreno;
 - 🔥 Representação institucional e fóruns internacionais e nacionais;
 - 🔥 Realização de auditorias técnicas a projectos de RRMD;
 - 🔥 Participação em grupos de trabalho interinstitucionais;
 - 🔥 Gestão da participação portuguesa no sistema EDDRA;
 - 🔥 Participação na construção do Sistema de Monitorização e Avaliação de Projectos do Alto Comissariado para a Saúde;
 - 🔥 Emissão de pareceres e produção de materiais de suporte à intervenção em RRMD;
 - 🔥 Produção de relatórios sobre a intervenção em RRMD a nível nacional;
 - 🔥 Elaboração de documentos de gestão (planos de actividade e relatórios);
 - 🔥 Participação no grupo de peritos do OEDT – PDU (consumos problemáticos);
 - 🔥 Resposta aos instrumentos de monitorização do OEDT (Ponto Focal);
 - 🔥 Participação em reuniões do grupo Pompidou (EXAS *network*).

I - Resultado a atingir

Construir uma rede global de respostas integradas e complementares, no âmbito da redução de riscos e minimização de danos com parceiros públicos e privados.

Objectivo Operacional

Consolidar a Rede Nacional de Redução de Riscos e Minimização de Danos.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
1	Consolidar um sistema de informação da Rede Nacional de Redução de Riscos e Minimização de Danos	Documento de Avaliação da Rede Nacional de Redução de Riscos e Minimização de Danos	1	DIC/NRD	41.1 41.2 41.4	
2	Consolidar uma descrição de âmbito nacional quanto à problemática em que incide a intervenção de RRMD	Relatório Nacional de Descrição da Problemática	1	DIC/NRD		
3	Implementação do sistema de recolha de informação a nível nacional e regional e local	N.º de reuniões efectuadas de divulgação dos instrumentos e de monitorização com as entidades promotoras	5	DIC/NRD; DR/CRI		
		N.º de estruturas de RRMD que implementam o sistema de recolha de informação	90%	CRI		
4	Actualizar os diagnósticos locais no que concerne à intervenção, de forma a fundamentar as adaptações necessárias à Rede Nacional de RRMD	% de intervenções em RRMD com diagnóstico actualizado [Considera-se diagnóstico actualizado com menos de 2 anos] [QUAR – Ind.7]	60%	DR/CRI		
5	Incrementar um espaço de discussão e reflexão com as várias estruturas de proximidade acompanhadas por cada CRI, com vista à uniformização e consolidação das estratégias de acção na área de RRMD e à rentabilização de recursos institucionais em territórios fronteiriços	N.º de reuniões entre as várias estruturas de RRMD acompanhadas pelos CRI	4	DRN/CRI		
		Acta síntese das reuniões	1	DRN/CRI		
6	Promover acções de sensibilização/formação, em conjunto com as estruturas de proximidade acompanhadas pelos CRI, a profissionais da rede (cuidados de saúde primários, segurança social, forças de segurança, IPSS, ONG, entre outros)	N.º de acções de sensibilização/formação	5	DRN/CRI		
		N.º de instituições da comunidade envolvidas	5	DRN/CRI		
		N.º de profissionais envolvidos	50	DRN/CRI		

Objectivo Operacional

Promover o Diagnóstico, Aconselhamento e Referenciação de doenças infecciosas junto da população utilizadora de drogas.

7	Promover uma dinâmica de funcionamento em rede, articulação e complementaridade entre as estruturas de RRMD e o IDT,IP, sobretudo a nível local e regional	N.º Iniciativas/Propostas desenvolvidas em parceria	8	DR/CRI	41.3 41.4	
8	Aumentar a abrangência da implementação do sistema de Aconselhamento, Diagnóstico e Referenciação (ADR) em estruturas de RRMD relevantes (tendo em conta a população alvo e as condições físicas e de recursos humanos)	N.º de estruturas de RRMD que implementam o sistema ADR / N.º de estruturas de RRMD	60 %	DR/CRI		
		N.º de utilizadores rastreados / N.º de utilizadores passíveis de serem rastreados	40 %	DR/CRI		
9	Implementar a formação dos técnicos das estruturas de RRMD que aderem a esta componente de intervenção	N.º de acções de formação	3	DR/CRI		
		N.º de técnicos que estarão envolvidos na implementação do modelo ADR	50			

Objectivo Operacional

Consolidar e aperfeiçoar o Modelo de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação de estruturas de redução de riscos e minimização de danos.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.º Planos de Acção	
					Droga	Álcool
10	Garantir a aplicação adequada do modelo, de circuitos e procedimentos de acompanhamento, monitorização e avaliação de estruturas de redução de riscos e minimização de danos	N.º de Instrumentos de monitorização e/ou avaliação preenchidos / N.º de projectos em curso	90%	DR/CRI	43.1	
		N.º de estruturas de RRMD que apresentam Relatórios Mensais de Indicadores Preenchidos	90%	CRI	43.2	
11	Avaliar a adequação dos instrumentos de recolha de informação implementados em 2010 (Ficha de Actualização de Diagnóstico e Ficha de Ocorrência de Sobredosagens Agudas)	Relatório de Avaliação quanto à adequação de cada um dos instrumentos	2	DIC/NRD; DR/CRI		
12	Caracterizar a população acompanhada por projectos de RRMD	Documento de Caracterização Nacional	1	DIC/NRD; DR/CRI		

Objectivo Operacional

Desenvolver um processo de melhoria contínua da qualidade da intervenção em redução de riscos e minimização de danos.

13	Dar continuidade ao processo de certificação da qualidade do NRD	N.º de reuniões realizadas com a equipa da qualidade	MNQ	DIC/NRD; ETQ		
		N.º de documentos produzidos	MNQ	DIC/NRD; ETQ		
		Completar a 2ª Fase do processo de certificação da qualidade	MNQ	DIC/NRD; ETQ		
14	Publicar um documento com linhas orientadoras para os Programas de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência e sua divulgação nas Equipas de Tratamento, CRI e estruturas de RRMD ⁽¹⁶⁾	N.º de documentos distribuídos/ N.º de coordenadores para a área de RRMD + N.º de estruturas de RRMD + N.º de coordenadores para a área do Tratamento	100%	DIC/NRD	44	
15	Colaborar na implementação da Estratégia Nacional para os Sem-abrigo	Participação no GIMAE	MNQ	DIC/NRD; DTR/NR	58.4	23.4
		Participação em grupos de trabalho estabelecidos no âmbito do GIMAE	MNQ	DIC/NRD; DTR/NR	58.4	23.4
16	Desenvolver o acompanhamento e avaliação do projecto para a pré-profissionalização e estabilização de Utilizadores de Drogas sem enquadramento sócio familiar	Relatório de Avaliação	1	DIC/NRD; DTR/NR; DRN	59.3	
17	Caracterizar as sobredosagens agudas ocorridas em utentes de projectos de RRMD e identificar aspectos-chave para a melhoria da qualidade da intervenção nesta área	Relatório de Caracterização das sobredosagens agudas ocorridas e intervenção desenvolvida	1	DIC/NRD DR/CRI		
18	Efectuar uma proposta de Modelo de Unidade Residencial de Longa Duração	Proposta de Modelo de Unidade Residencial de Longa Duração	1	DIC/NRD; DTR/NR		
19	Avaliar o modelo implementado de Mecanismo de Alerta Nacional relativo à área de RRMD	Relatório de Avaliação do modelo de Mecanismo de Alerta implementado	1	DIC/NRD DMFRI/NRI		
20	Formação em RRMD para técnicos do IDT,IP	Número de acções de formação	3	DIC/NRD DR/CRI		

⁽¹⁶⁾ Actividade dependente da aprovação pela Direcção Clínica do IDT,IP.

II - Resultado a atingir

Disponibilizar programas de redução de riscos e minimização de danos a grupos específicos.

Objectivo Operacional

Intervenção junto de consumidores em contextos de diversão nocturna.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
21	Intervenção em contexto de festival no domínio da RRMD (em colaboração com organizadores de festivais de Verão)	Relatório sobre a intervenção do IDT,IP/RRMD em contextos de festival/contextos de diversão nocturna	1	DIC/NRD; DR/CRI	47.2	14.1
		N.º de festivais de Verão com intervenção do IDT,IP no domínio da RRMD	6	DIC/NRD; DR/CRI	47.2	14.1
		N.º de reuniões de acompanhamento	12	DRN/CRI		
22	Preparar e propor para aprovação documento orientador da intervenção em espaços recreativos	Documento de Linhas Orientadoras	1	DIC/NRD		
23	Continuação da intervenção em festas e festivais académicos, reforçando as interfaces com o Meio Universitário	Reuniões de planeamento, formação, acompanhamento e avaliação (nacional)	4	DIC/NRD/NAI; DR/CRI		
		Programa de formação aos facilitadores universitários	1	DIC/NRD/NAI		
		N.º de acções de formação aos facilitadores universitários	MNQ	DR/CRI		
		N.º de festas/festivais académicos com intervenção	22	DR/CRI		
		N.º de facilitadores universitários envolvidos nas Equipas de Intervenção	MNQ	DR/CRI		
		N.º de festas e festivais com rastreio de alcoolemia / N.º de festas e festivais intervencionados	60%	DIC/NRD/NAI; DR/CRI		
		Relatório da intervenção	1	DIC/NRD/NAI		
24	Formação sobre redução de riscos e minimização de danos para funcionários que actuam em contextos recreativos	N.º de acções de formação	5	DRN; DRC/CRI		
		N.º de estabelecimentos aderentes	13	DRC/CRI		
		N.º de funcionários envolvidos	30	DRC/CRI		
25	Caracterização de uma amostra de espaços de diversão nocturna (discotecas/bares), no que concerne aos parâmetros pertinentes no domínio da RRMD, integrado no "Projecto Multi-institucional de redução de riscos em contextos recreativos – Projecto Multi-institucional de redução de riscos em contextos recreativos – CRI Porto Central"	Documento de caracterização	1	CRI Porto Central		
		N.º de espaços de diversão nocturna caracterizados	2	CRI Porto Central		

Objectivo Operacional

Intervenção em Meio Prisional.

26	Acções de sensibilização destinadas a reclusos	N.º acções	1	DRC/CRI Castelo Branco	47.2	14.1
		N.º participantes	15			
		N.º instrumentos de avaliação	1			
27	Acção de Formação para Guardas prisionais	N.º acções	1			
		N.º participantes	8			
		N.º instrumentos de avaliação de conhecimentos	1			

A área de missão do tratamento apresenta para o ano 2011 um PA ancorado em objectivos essencialmente estabilizadores do trabalho até agora desenvolvido.

As actividades previstas para 2011, em harmonia com os objectivos traçados pelo PACDT 2009-2012, contemplam fundamentalmente critérios de consolidação do percurso efectuado, procurando a harmonização de conceitos, práticas e metodologias e apostando na eficácia e qualidade das nossas unidades especializadas de intervenção.

A conjuntura actual, permeável aos constrangimentos e restrições ocorridos em 2010, reivindicam o reforço de boas práticas e inoculação de estratégias de planificação, gestão e avaliação congruentes, assegurando uma monitorização eficaz das actividades pensadas para a área do tratamento.

A aprovação do Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool 2010-2012 e a grande diversidade de modelos de organização das Equipas de Tratamento (ET) e das suas práticas profissionais tornam prioritária a criação e actualização de linhas orientadoras que balizem a actividade clínica dos profissionais do IDT,IP.

A existência de um novo sistema de recolha de informação (SIM), que pela primeira vez funcionará em todas as unidades de tratamento (ET, UA, UD, CT e CD) permitirá um registo e recolha de dados mais homogéneos, possibilitando uma análise de resultados mais harmoniosa e profícua a nível nacional.

I - Resultado a atingir

Garantir a toda a população que o deseje o acesso em tempo útil a respostas terapêuticas integradas (articuladas e complementares).

Objectivo Operacional

Promover uma rede de recursos de saúde e sócio-sanitários, que implique os múltiplos actores do sector público e privado numa lógica de proximidade ao cidadão e à comunidade, com vista à definição das respostas prestadas pelos Cuidados de Saúde Primários (CSP).

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
1	Manutenção/alargamento da rede integrada de prestação de cuidados	N.º de novos Protocolos	9	DTR/NT/NLF; DR/NAT/CRI	49.1	21.3
		N.º de novos Acordos efectuados	10			
2	Integração de cuidados de saúde ao toxicodependente e ao utente com problemas ligados ao álcool (PLA) a nível regional e local agilizando o seu tratamento na comunidade de pertença e evitando a discriminação na utilização dos dispositivos de saúde ⁽¹⁷⁾	Actualização de 1 Guia de Recursos Nacional e de 5 Guias de Recursos Regionais	1+5	DTR/NT; DR/NAT/CRI	49.2	2.3 5.2 8.2 11.2 22.2
3	Reforço dos sistemas de atendimento, informação, encaminhamento e apoio, na área dos PLA em grávidas , mediante protocolos e articulação dos organismos e entidades que intervêm na área	N.º de unidades com programas dirigidos (PLA) com quem se estabelece articulação	15	DR/NAT/CRI; DTR/NT	49.2	1.3
4	Construção de circuitos padrão de referenciação de utentes para diferentes serviços da comunidade a nível local, diferenciando o âmbito de responsabilidade dos diferentes intervenientes (redes de referenciação, Nacional, Regional e Local)	N.º de circuitos padrão de referenciação definidos	4	DR/NAT/CRI	49.3	
		Actualização de documento de recolha de circuitos padrão de referenciação	1	CD; DTR/NT		
5	Agilização do acesso às estruturas de saúde , através da criação de rede nacional de articulação do acompanhamento de crianças e de famílias com PLA envolvendo todos os intervenientes, definindo níveis de acção diferenciados e coordenados ⁽¹⁸⁾	N.º instituições de saúde externas para onde o IDT,IP pode enviar jovens e famílias com PLA, detectados pelo IDT,IP	30	DR/NAT/CRI	49.2	2.3
		Elaboração de 1 documento nacional e 5 regionais, de levantamento de estruturas de saúde que atendem jovens e famílias com PLA	1+5	DTR/NT; DR/NAT/CRI		

Objectivo Operacional

Promover o redimensionamento e a reorientação da rede prestadora de cuidados em função do diagnóstico dos contextos globais e locais, reforçando a rede de cuidados integrados.

6	Colaboração na implementação, monitorização e avaliação do PORI com os outros vectores do Eixo de Redução de Procura, em articulação com outras entidades ⁽¹⁹⁾	Ver PORI Itens referentes ao Tratamento		DTR/NT; DR/NAT/CRI	50.1	
---	--	--	--	-----------------------	------	--

Objectivo Operacional

Promover medidas que permitam facilitar o acesso aos diversos programas de tratamento, gerindo os tempos de espera de acordo com critérios éticos e científicos, as realidades locais e as recomendações internacionais.

7	Manter os tempos de espera para primeiras consultas dentro dos limites previamente definidos como aceitáveis	% de atendimentos nas Equipas de Tratamento realizados em menos de 15 dias	80%	DR/NAT/CRI/UA; DTR/NT	51.1	
		% de atendimentos nas UA realizados em menos de 30 dias	80%			

⁽¹⁷⁾ Em articulação com MCSP, CNSM, ARS e outras entidades.

⁽¹⁸⁾ ARS, CPCJ, DGRS, Serviços de Saúde, Estruturas policiais e judiciárias, Escolas, ONG e outras entidades.

⁽¹⁹⁾ Em parceria com outras entidades.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
8	Manter os tempos de espera para programas de tratamento (Metadona, Internamento para Desabilitação e Comunidade Terapêutica) dentro dos limites previamente definidos como aceitáveis	% de programas de tratamento com tempo de espera médio dentro dos limites aceitáveis	75%	DR/NAT/CRI/UD/CT; DTR/NT	51.1	
9	Definição de modelos de admissão para PTAO / Inventariar modelos de admissão de utentes para UD, CD e UA	Proposta de modelo de admissão para PTAO	1	DTR/NT; DR/NAT/CRI	51.2	21.4
		Inventário dos modelos de admissão de UD, CD e UA	1			
10	Definição de critérios de admissão para PTAO	Elaboração de documento com definição de critérios de admissão	1	DR/NAT/CD/UA/UD; DTR/NT	51.3	21.4

II - Resultado a atingir

Disponibilizar uma oferta de programas de tratamento e de cuidados diversificada abrangendo um amplo leque de abordagens psicossociais e farmacológicas, orientadas por princípios éticos e pela evidência científica.

Objectivo Operacional

Melhorar a oferta de programas de tratamento à população toxicodependente e alcoólica garantindo a qualidade dos serviços prestados e a divulgação das boas práticas.

11	Incrementar a eficácia da rede de tratamento, tendo por base os dados referentes ao ano de 2010 ; Garantir, através de uma intervenção integrada, o tratamento em ambulatório nas unidades do IDT,IP	N.º total de utentes activos nos CRI e nas UA, no ano	46.000	DR/NAT/CRI/ Centro das Taipas/ UA	52.1	
		N.º de novos utentes admitidos nos CRI e nas UA, no ano	8.500			
		N.º total de consultas/atendimentos nos CRI e nas UA, no ano	500.000			
12	Garantir a rentabilização das unidades públicas de internamento	Taxa de ocupação de internamentos em CT, no ano [QUAR - Ind. 11]	85%	DR/NAT/CRI/ Centro das Taipas/ UD/UA/CT	52.1	
		Taxa de ocupação de internamentos em UD, no ano [QUAR - Ind. 12]	75%			
		Taxa de ocupação de internamentos em UA, no ano [QUAR - Ind. 13]	90%			
13	Potenciar a adesão ao tratamento	N.º total de utentes em tratamento nos CRI, no ano [QUAR - Ind. 1]	35.000	DR/NAT/CRI/ Centro das Taipas	52.1	
		N.º total de novos utentes em tratamento nos CRI, no ano [QUAR - Ind. 2]	6.700			
		% de novos utentes para tratamento nos CRI com realização de um número mínimo de 3 consultas, no ano [QUAR - Ind. 3]	60%			
		% de utentes em tratamento nos CRI com realização de um número mínimo de 5 consultas, no ano [QUAR - Ind. 4]	50%			
		Nº de condutores enviados pelo programa STOP com mais de 2 consultas / N.º total de condutores enviados pelo programa STOP	30%	DR/NAT/CRI/UA		
	Levantamento de programas específicos para utentes com PLA	Elaboração de um documento	1	DR/NAT/UA/CRI/ Centro das Taipas; DTR/NT		18.1
14	Participação na elaboração, implementação, monitorização e avaliação de um Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM)	% de novos utentes com informação preenchida em todos os campos fundamentais [QUAR - Ind. 8]	75%	DTR/NT; DPAG/NI; DMFRI/NE; DR/NAT/CRI; Equipa SIM	52.4	17.3 17.4 22.1

Objectivo Operacional

Implementar e/ou melhorar programas específicos de resposta eficiente num registo simultaneamente vertical (rede de referência) e horizontal (articulações dos diferentes vectores) para grupos com necessidades específicas.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
15	Monitorização da ocorrência de comorbilidade⁽²⁰⁾: ♦ Comorbilidade Física: Infecção VIH; Hepatites B e C; Tuberculose ♦ Comorbilidade Psíquica: Duplo diagnóstico (Doença Psiquiátrica Associada)	Elaboração de 1 relatório nacional, síntese de 5 relatórios regionais relativamente à comorbilidade registada no SIM	1+5	DTR/NT; DR/NAT/CRI/UD/UA/CD	53.1	
16	Monitorização da administração observada de medicamentos por comorbilidade	Elaboração de 1 relatório nacional síntese de 5 relatórios regionais	1+5	DTR/NT; DR/NAT/CRI	53.2	
17	Realização de rastreio de doenças infecciosas (Infecção VIH; Hepatite B e C; Sífilis; Tuberculose)	Novos utentes com rastreio efectuado para o VIH	55%	DR/NAT/CRI	53.1	
		Novos utentes com rastreio efectuado para a HepB	40%			
		Novos utentes com rastreio efectuado para a HepC	40%			
		Novos utentes com rastreio efectuado para a Tuberculose	20%			
		Novos utentes com rastreio efectuado para a sífilis	20%			
		Utentes em seguimento com conhecimento do seu estado serológico para o VIH	60%			
		Utentes em seguimento com conhecimento do seu estado serológico para a HepB	45%			
		Utentes em seguimento com conhecimento do seu estado serológico para a HepC	60%			
18	Dinamização em todos os CRI e no âmbito dos CSP e em articulação com outras entidades de um serviço de atendimento, avaliação, triagem e encaminhamento de crianças inseridas em famílias com toxicodependência e de jovens em risco ou consumidores. ♦ N.º de CRI com serviço implementado ♦ N.º de utentes abrangidos ♦ N.º de protocolos estabelecidos com organismos e entidades que intervêm na área da toxicodependência e dos PLA nos jovens	Elaboração de documento de monitorização	1	DR/NAT/CRI; DTR/NT	53.3	3.3

Objectivo Operacional

Aumentar ou melhorar a oferta de programas específicos que contemplem substâncias psico-activas ilícitas e lícitas (incluindo álcool, tabaco e medicamentos).

19	Licenciamento e fiscalização e vistorias de unidades privadas na área da toxicodependência	N.º de unidades licenciadas / N.º de unidades com processo administrativo completo	100%	DTR/NLF		
		N.º de acções inspectivas / N.º de unidades licenciadas	40%			
20	Monitorizar o cumprimento das metas de qualidade estabelecidas nas convenções assinadas com as unidades privadas	Elaboração de relatório	1	DTR/NLF; DMFRI/NE		

⁽²⁰⁾ Em parceria com a CNIVIH/SIDA, CNSM e DGS.

III - Resultado a atingir

Implementar um processo de melhoria contínua da qualidade a nível de todos os programas e intervenções terapêuticas.

Objectivo Operacional

Elaborar e aperfeiçoar linhas de orientação técnicas ou técnico-normativas para os diversos tipos de intervenção, incluindo os protocolos de articulação e integração.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
21	Actualização de linhas orientadoras para tratamento precoce de jovens em risco e de consumidores adolescentes com enfoque nos sintomas precoces, físicos e psíquicos ⁽²¹⁾	Actualização de linhas orientadoras	1	DTR/NT; DR	32.6 55.1	2.1 3.2
22	Actualização de linhas orientadoras para o acompanhamento de grávidas e puérperas ⁽²¹⁾	Actualização de linhas orientadoras	1	DTR/NT; DR	55.2	1.1
23	Actualização de linhas orientadoras para o acompanhamento de crianças inseridas em famílias com problemas de toxicodependência no âmbito dos CSP e dos Cuidados Diferenciados ⁽²¹⁾	Actualização de linhas orientadoras	1	DTR/NT/NR; DR	55.3	2.1
24	Actualização de linhas orientadoras baseadas na evidência dos programas de tratamento em regime de ambulatório e de internamento para utentes com PLA ⁽²¹⁾	Actualização de linhas orientadoras	1	DTR/NT; AALA; DR/NAT/CRI/ UA		20.1
25	Actualização de guia de boas práticas , baseado na evidência, na avaliação, orientação e referenciação dos utentes no IDT,IP, nomeadamente das populações com PLA com necessidades especiais	Actualização de guia de boas práticas	1	DTR/NT; AALA; DR/NAT/CRI		20.2 18.1

Objectivo Operacional

Promover a avaliação rigorosa e sistemática dos diversos tipos de programas e de cuidados implementados na óptica de satisfação do utente, permitindo no futuro a sua acreditação.

26	Monitorizar regularmente o cumprimento das metas estabelecidas em plano de actividades para as unidades de tratamento Monitorizar e avaliar diferentes programas de tratamento públicos e convencionados em internamento e ambulatório ⁽²¹⁾	Elaboração de 1 documento de monitorização nacional síntese de 5 documentos regionais	1+5	DTR/NT; DR/NAT/CRI/ UD/UA/CT	56.1	5.4 8.4 11.4 22.4
		Elaboração de 1 estudo nacional síntese de 5 estudos regionais sobre: <ul style="list-style-type: none"> Proporção de altas clínicas Taxas de retenção de utentes 	1+5			
		Elaboração de 1 relatório nacional síntese de 5 relatórios regionais sobre taxas de abstinência de substâncias psicoactivas	1+5			
27	Monitorizar os padrões (rácios) de actividade dos diferentes grupos profissionais das ET	Elaboração de 1 relatório nacional síntese de 5 relatórios regionais de monitorização sobre: <ul style="list-style-type: none"> Percentagem de tempo dedicada ao tratamento Tempo médio dedicado a consultas/atendimentos (N.º de consultas/atendimentos realizadas por hora) Percentagem de utentes por técnico de cada grupo profissional 	1+5	DTR/NT; DR/NAT/CRI	56.1	5.4 8.4 11.4 22.4

⁽²¹⁾ Em parceria com outras entidades.

IV - Resultado a atingir:

Contribuir para um maior e melhor conhecimento do fenómeno das drogas e das toxicodependências e para a melhoria contínua da qualidade das intervenções, de forma a apoiar a intervenção e a decisão e a contribuir para a melhoria dos resultados obtidos.

Objectivo Operacional

Potenciar e reforçar as competências dos intervenientes e profissionais que directa ou indirectamente actuem no domínio das drogas e toxicodependências.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
28	Levantamento de acções de formação e supervisão para técnicos no domínio do tratamento. ♦ N.º acções efectuadas ♦ Quais as acções efectuadas ♦ N.º de profissionais abrangidos	Elaboração de um documento	1	DRT/NT; DMFRI/NF; DR/NAT/CRI/UD/UA/CT	28.1	5.3
						8.3
						11.3
						22.3
						12.2

O Plano de Actividades Nacional da área de missão da reinserção para 2011, que tem como base os Planos de Acção Nacional em vigor (Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicodependências e Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool), congrega os planos de actividades das DR e do Núcleo de Reinserção. Contempla, para além das actividades de planeamento, monitorização e avaliação dos modelos e orientações técnicas em implementação, actividades de intervenção local, de melhoria da qualidade dos serviços prestados e diversificação das intervenções disponibilizadas.

O ano de 2011 será um ano de consolidação das intervenções implementadas em que, fruto do acompanhamento e monitorização desenvolvidos, será possível estabilizar e melhorar o serviço que prestamos aos nossos clientes. Tendo em vista garantir elevados níveis de execução do plano, são utilizadas estratégias de articulação sistemática entre as estruturas do IDT,IP (serviços centrais, regionais e unidades locais) que permitem a todo o momento estimular e apoiar, de forma integrada e complementar, a implementação das acções previstas, ou não previstas.

O sistema de monitorização *online* das intervenções junto dos utentes, que se pretende cada vez mais em sintonia com o SIM, continuará a representar um instrumento de gestão que nos permite, a nível regional e nacional, identificar constrangimentos, reorientar estratégias, potenciar recursos e identificar boas práticas. Compete-nos a todos conhecer o perfil das necessidades dos utentes que procuram os serviços e a capacidade de resposta, interna e externa, que se consegue dinamizar. Compete-nos também prestar serviços de qualidade, de resposta integrada, de forma harmonizada e equitativa, e assegurar que os utentes que nos procuram acedem ao mesmo tipo de resposta, independentemente do local em que se encontram, da substância que consomem ou do grau de exclusão com que se confrontam.

O enfoque é colocado na adopção das *guidelines* produzidas, que no âmbito da abordagem interventiva, contempla a preparação e o desenvolvimento pessoal e social do utente, na promoção de estratégias de articulação com as outras áreas de missão implicadas nos processos de reabilitação dos utentes e na criação de condições nos diferentes sistemas sociais para que os percursos de inserção sejam consistentes e duradouros.

Respeitando a especificidade das intervenções das diferentes equipas do IDT,IP, continuaremos a apostar na adopção de uma cultura de trabalho integrado, de partilha de informação pertinente, de concertação de estratégias, respeitando a especificidade e a mais-valia das diferentes abordagens.

A “*Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo*” entra no terceiro ano de execução e vai implicar um cada vez mais efectivo envolvimento das diferentes estruturas do IDT,IP, no que respeita à implementação de acções, ao acompanhamento e monitorização, nos diferentes níveis de intervenção – prevenção, emergência e intervenção/acompanhamento. A adopção e partilha dos modelos de intervenção propostos para trabalhar com estas pessoas, com uma base claramente humanista, de dignificação das condições de vida dos nossos pares, representa uma forte aposta do IDT,IP para 2011. A participação nos grupos de trabalho criados neste âmbito, as Unidades Residenciais de Longa Duração, a integração dos CRI nos Núcleos de Planeamento Intervenção dos Sem-Abrigo, entre outras intervenções específicas do IDT,IP merecerão a nossa mais empenhada atenção e entrega. A participação activa nos grupos nacionais de acompanhamento e monitorização – GIMAE e Núcleo Executivo também configuram actividades previstas para este ano.

No que respeita à intervenção no âmbito do treino de aptidões sociais, esta dimensão constitui neste ano uma área a privilegiar, em que se pretendem desenvolver *guidelines* para orientar a intervenção. Destaca-se neste domínio a proposta da DR do Algarve que se propõe implementar e dinamizar esta resposta em contexto prisional.

Importa ressaltar que a intervenção em meio laboral continua a ser uma área a privilegiar, onde a *reinserção* continua a investir, de forma partilhada, no *empowerment* dos recursos do IDT,IP e das equipas de recursos humanos e de saúde ocupacional das entidades empregadoras, que implementam políticas neste domínio. É no âmbito destas políticas de segurança e saúde nos locais de trabalho, que se coloca o enfoque na prevenção das dependências e na detecção precoce de situações de uso e abuso de substâncias psicoactivas, e na criação de circuitos e canais de comunicação com as respostas existentes.

O PORI e os projectos apoiados no âmbito do eixo da reinserção traduzem uma dimensão que valorizamos e que exigem permanente acompanhamento e avaliação. O mesmo relativamente ao projecto experimental que lançámos em 2009, e que terminará em meados de 2011. A avaliação a realizar desta intervenção irá fornecer-nos pistas sobre a pertinência, ou não, de aproximarmos a nossa intervenção dos utentes da redução de danos.

I – Resultado a atingir

Garantir a abrangência e a transversalidade dos recursos institucionais/não-institucionais da Reinserção nas várias áreas de vida do cidadão, de forma a facilitar o desenvolvimento de projectos de vida sustentados.

Objectivo Operacional

Assegurar a existência de condições que promovam a autonomia e o exercício pleno da cidadania.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
1	Estabelecimento de parcerias que facilitem o acesso a respostas de formação académica, profissional e emprego ⁽²²⁾	Parcerias estabelecidas Relatório crítico sobre o impacto desta acção nos utentes com PLA	50 1	DR/CRI/CT/UA DTR/NR	57.1	24.2
2	Consolidação dos canais de comunicação e de articulação entre o IDT,IP, os Centros de Emprego e os Centros de Formação	Reuniões conjuntas com o IEFP,IP N.º de CRI com canais de comunicação e de articulação estabelecidos ⁽²³⁾	2 47	DTR/NR CRI		
3	Consolidação da articulação entre as DR do IEFP,IP e do IDT,IP, com vista ao Planeamento, Acompanhamento e Avaliação do Programa Vida Emprego (PVE) ao nível regional	Reuniões conjuntas IEFP,IP/IDT,IP a nível regional	10	DR		
4	Acompanhamento e monitorização do desenvolvimento do PVE	Reuniões de acompanhamento da implementação das orientações no âmbito do PVE	1	DTR/NR		
		N.º de indivíduos integrados em medidas do PVE	1000	CRI/CT		
5	Consolidação do funcionamento da Bolsa de Empregadores	N.º de serviços a utilizar a Bolsa	63	CRI/CT/UA	57.2	
		Relatório de análise produzido	1	DTR/NR		
6	Estabelecimento de parcerias com entidades promotoras de respostas habitacionais ⁽²⁴⁾	Parcerias estabelecidas	19	DR/CRI/CT/UA		
7	Dinamização de intervenções sócio-terapêuticas dirigidas aos utentes e familiares	Linhas Orientadoras produzidas	1	DTR/NR		
		N.º de serviços com grupos de treino de aptidões sociais em funcionamento	24	CRI/CT/UA		
		N.º de serviços com grupos de treino de aptidões sociais em funcionamento, com supervisão	6	CRI/CT/UA		
		N.º de serviços com outras intervenções socioterapêuticas em funcionamento, dirigidas aos utentes	19	CRI/CT/UA		
		N.º de serviços com outras intervenções socioterapêuticas em funcionamento, dirigidas às famílias	26	CRI/CT/UA		
8	Implementação de Treino de Aptidões Sociais nos Estabelecimentos Prisionais do Algarve	N.º de Estabelecimentos Prisionais com esta resposta	3	DRAL	57.5	
9	Promoção de acções de sensibilização com vista à empregabilidade em estabelecimentos Prisionais da Região	N.º de Estabelecimentos Prisionais com esta intervenção	3			
10	Acompanhamento técnico de reclusos com vista à preparação da saída	N.º de reclusos acompanhados	20			
11	Alargamento do âmbito dos protocolos de articulação em que o IDT,IP é parceiro e que contribuem para a melhoria do acesso dos utentes com PLA às respostas existentes ⁽²⁵⁾	N.º de protocolos adaptados	7	DR/CRI/CT/UA		24.1

⁽²²⁾ Esta Acção dá continuidade aos Objectivos 70, 71 e 72 do PAH2008. Em parceria com o ME, IEFP,IP, DGSP, DGRS e outras entidades públicas e privadas.

⁽²³⁾ Este indicador permite medir a operacionalização da Orientação Técnica n.º 2/2009/DTR/NR

⁽²⁴⁾ Esta Acção dá continuidade à Acção 69.1 do PAH2008. Em parceria com o IRHU,IP, ANM e outras entidades públicas e privadas.

⁽²⁵⁾ Em parceria com outras entidades.

II – Resultado a atingir

Potenciar a reinserção enquanto processo global, implicando todos os actores na óptica da abordagem e das respostas integradas, através de uma gestão participada e efectiva.

Objectivo Operacional

Garantir a eficiência e a eficácia das respostas disponíveis.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
12	Dinamização de encontros técnicos para discussão e aprofundamento das questões ligadas à reinserção das pessoas com PLA	N.º de encontros realizados	13	DR/CRI/CT/UA		23.1
		Relatório crítico	1	DTR/NR		
13	Acompanhamento e avaliação da implementação do modelo de intervenção para a área da reinserção	% de utentes com Plano Individual de Inserção	40%	CRI/CT/UA	58.1	23.2
		N.º de serviços que implementaram o modelo	71			
		Relatório de acompanhamento e avaliação	1	DTR/NR		
14	Participação na monitorização e avaliação dos Apartamentos de Reinserção em funcionamento ⁽²⁶⁾	N.º de visitas realizadas aos equipamentos	2	DTR/NR	58.3	23.3
		N.º de reuniões conjuntas	3			
		Relatório da monitorização e avaliação do funcionamento dos Apartamentos de Reinserção Social	1			
15	Divulgação e apoio a associações ou grupos de doentes com PLA tratados ou em tratamento , enquanto organizações da sociedade civil que promovem a motivação e a reabilitação dos seus pares	N.º de associações ou grupos ⁽²⁷⁾ com apoio	30	CRI/CT/UA		23.6 24.3
		N.º de serviços com informação sobre os grupos de auto e inter-ajuda	61			
16	Dar continuidade à criação de condições para a implementação das Unidades Residenciais de Longa Duração (URLD)	N.º de reuniões do grupo de trabalho	5	DTR/NR/NT; DIC/NRD	58.2	23.3 23.4
		Documentos orientadores produzidos	1			
17	Monitorização e avaliação do protocolo de articulação IDT,IP/ISS,IP/SCML ⁽²⁸⁾	Relatório de monitorização e avaliação do protocolo de articulação	1	DTR/NR	58.4	
18	Promoção e dinamização da articulação intra e interinstitucional no âmbito do combate à pobreza e exclusão social	N.º de participações na Comissão de Acompanhamento Alargada da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo	80%	DTR/NR; DIC/NRD		23.4
		N.º de participações no Núcleo Executivo da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo	80%			
		N.º de CRI com representação nos Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA)	8	CRI		
		N.º de serviços com representação na Rede Social	52	CRI/CT/UA		

⁽²⁶⁾ Em parceria com ISS,IP.

⁽²⁷⁾ Grupo de pessoas organizadas com vista à reabilitação dos seus pares mas não constituídos formalmente como associações.

⁽²⁸⁾ Em parceria com ISS,IP e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Objectivo Operacional**Promover a responsabilidade dos Sistemas Sociais na promoção de respostas de reinserção e prevenção da desinserção.**

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
19	Elaboração de um modelo de intervenção, tendo em vista o desenvolvimento de Programas em meio laboral, que concorram para a reinserção e prevenção da desinserção ⁽²⁹⁾	Ver Meio Laboral Itens referentes à Reinserção		DMFRI; DTR/NR; DIC/NP; DR	59.1	9 10 11
20	Acompanhamento e avaliação do projecto experimental para a pré-profissionalização e estabilização de toxicodependentes sem enquadramento sócio-familiar	Visitas de acompanhamento ao projecto	3	DTR/NR; DIC/NRD	59.3	
		Relatório de avaliação	1			
21	Colaboração na implementação, monitorização e avaliação do Plano de Respostas Integradas (PORI) com os outros vectores do Eixo da redução da Procura, em articulação com outras entidades ⁽³⁰⁾	Ver PORI Itens referentes à Reinserção		DTR/NR; DIC/NRD/NP; DPAG	59.4	

III – Resultado a atingir*Implementar o processo de melhoria contínua da qualidade em reinserção.***Objectivo Operacional****Promover o acompanhamento, monitorização e avaliação das intervenções regionais e locais no âmbito da reinserção.**

22	Realização de Encontros Internos de monitorização e avaliação do Plano de Actividades do IDT,IP a nível nacional, regional e local	N.º de Encontros internos realizados ⁽³¹⁾	84	DTR/NR; DR/CRI/CT/UA	60.1	25.4
23	Monitorização e avaliação continuada das intervenções e do Plano de Actividades	Relatório de avaliação a nível nacional	1	DTR/NR		

Objectivo Operacional**Dotar os actores dos sistemas sociais de conhecimentos e competências no âmbito da intervenção em reinserção e prevenção da desinserção**

24	Promoção de intervenções formativas para a área da reinserção, dirigidas aos técnicos do IDT,IP, entidades públicas e privadas ⁽³²⁾	N.º de instituições envolvidas	39	DR/CRI/CT/UA	61.1	25.3
		N.º de intervenções formativas realizadas	24			
		N.º de técnicos abrangidos	271			
25	Dinamização de acções de divulgação de boas práticas de reinserção ⁽³³⁾	N.º de acções dinamizadas	3	DR/CRI/CT/UA	61.2	
26	Incentivo e apoio à investigação na área da reinserção ⁽³⁴⁾	N.º de estudos desenvolvidos	6	DR/CRI/CT/UA	61.3	25.1
		N.º de trabalhos divulgados	4			

⁽²⁹⁾ Esta Acção executa a Acção 73.1 do PACDT 2009-2012.⁽³⁰⁾ Esta Acção dá continuidade à Acção 78.2 do PAH2008.⁽³¹⁾ Esta Meta prevê a realização de 3 encontros nacionais, 3 encontros regionais por DR e 3 encontros por CRI (excepto CRI de Faro).⁽³²⁾ Esta Acção dá continuidade à Acção 37.2 do PAH2008. Em parceria com entidades promotoras de Projectos e/ou Respostas Sociais e outras entidades públicas e privadas.⁽³³⁾ Esta Acção dá continuidade à Acção 77.2 do PAH2008. Em parceria com o ISS,IP, e outras entidades.⁽³⁴⁾ Em parceria com outras entidades.

A intervenção em Meio Laboral é fundamentada por um conjunto de premissas entre as quais se salientam:

- ◆ A prevenção, o encaminhamento para tratamento e a dissuasão de problemas associados ao consumo de substâncias psicoactivas por trabalhadores, devem ser encaradas numa perspectiva global com a participação activa dos diferentes “actores” (trabalhadores, chefias e profissionais da área de segurança e saúde no trabalho);
- ◆ A necessidade de uma intervenção estruturada, harmonizada e sustentada no âmbito da prevenção dos consumos em meio laboral;
- ◆ Os crescentes pedidos de apoio neste âmbito ao IDT,IP e outras estruturas da Administração Pública por parte de múltiplas empresas e organizações.

Neste contexto, e tendo em consideração a transversalidade das acções a empreender o IDT,IP organizou-se internamente constituindo uma equipa de trabalho que agrupa elementos dos departamentos de Intervenção na Comunidade (DIC), Tratamento e Reinserção (DTR), e Monitorização, Formação e Relações Internacionais (DMFRI).

Estes técnicos dinamizaram e coordenaram um grupo de trabalho que tinha como objectivo a elaboração do documento “Segurança e Saúde do Trabalho e a Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoactivas – Linhas Orientadoras para a Intervenção em Meio Laboral”.

Ultrapassada a fase da elaboração deste documento estruturante de intervenção nesta área, pretende-se no ano de 2011 a ampla divulgação dos pressupostos contidos nas Linhas Orientadoras aos diferentes agentes do meio laboral: trabalhadores e seus representantes, chefias e profissionais de Segurança e Saúde.

A organização e execução de acções formativas e de sensibilização constituem um dos investimentos prioritários nesta área. O envolvimento dos Serviços Centrais e Locais do IDT,IP, bem como a eficaz articulação com os diferentes parceiros serão determinantes para a concretização de medidas que visam a redução de aspectos negativos do consumo de substâncias psicoactivas nos locais de trabalho, como tem vindo já a acontecer, nomeadamente no âmbito no Projecto “EURIDICE”.

A dinâmica das acções empreendidas e eventual aceitação e comprometimento por parte dos diferentes actores no contexto de trabalho poderá constituir a base para uma proposta de um conjunto de normas, a serem integradas em diploma legal, tal como é preconizado no PNRPLA 2010-2012.

O acompanhamento das acções desenvolvidas e a sua avaliação a nível de processos e resultados é também determinante para a promoção da qualidade do desempenho.

I - Resultado a atingir*Prevenir os efeitos nocivos do álcool nos adultos e reduzir as repercussões negativas no local de trabalho***Objectivo Operacional****Promover o enquadramento legal e regulador para redução dos Problemas Ligados ao Álcool nos locais de trabalho e outras SPA**

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
1	Divulgação de linhas orientadoras para o desenvolvimento de programas integrados para os Problemas Ligados ao Álcool (da prevenção à reinserção)	Flyer produzido	1	DMFRI; DTR/NR; DIC/NP	59.1	10.3

Objectivo Operacional**Incentivar a criação e a disseminação de programas e respostas no âmbito da promoção da saúde e segurança em contexto laboral, designadamente os relacionados com o consumo de álcool e outras SPA.**

2	Levantamento de práticas em entidades empregadoras nacionais no que concerne a políticas de prevenção, tratamento e reinserção dos Problemas Ligados ao Álcool no local de trabalho, com reconhecimento das empresas com boas práticas nesta área	N.º entidades empregadoras identificadas	22	DMFRI; DTR/NR; DIC/NP; DR		10.1
3	Informação aos serviços de segurança e saúde no local de trabalho e às estruturas representativas dos trabalhadores, com vista à melhoria da acessibilidade aos programas e respostas disponíveis	N.º entidades empregadoras alvo de intervenção	26	DMFRI; DTR/NR; DIC/NP; DR	29.2	10.2
4	Informação e sensibilização dos trabalhadores, quadros e outras entidades e agentes do mundo laboral sobre riscos para a saúde e segurança ligados ao consumo de álcool e outras SPA	N.º de acções realizadas	18	DMFRI; DTR/NR; DIC/NP; DR	34.4	10.4
		N.º de participantes abrangidos	260			

Objectivo Operacional**Promover a qualidade da intervenção**

5	Promoção de intervenções formativas dirigidas a profissionais e outros intervenientes em meio laboral (área Prevenção, Formação, Comunicação e Educação)	N.º de intervenções formativas	12	DMFRI/NF; DTR/NR; DIC/NP; AALA; DR		11.3
		N.º de entidades envolvidas	17			
		N.º de participantes abrangidos	160			
		Relatório crítico	4			
6	Monitorização e avaliação contínua das intervenções	Relatórios de avaliação produzidos	1	DMFRI; DTR/NR; DIC/NP		11.4

Face às novas competências cometidas ao IDT,IP, no âmbito do consumo de substâncias lícitas, designadamente do álcool, foi aprovada a revisão das estruturas de coordenação das políticas relativas à droga e às toxicodependências, através do Decreto-Lei n.º 40/2010 de 28 de Abril. Decorreu desta revisão a criação de um novo Conselho Interministerial, e um novo Conselho Nacional, ambos para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, com o consequente alargamento do domínio das competências às novas atribuições em matéria de problemas ligados ao uso nocivo do álcool. Nesta sequência o Coordenador Nacional, que é por inerência o Presidente do Conselho Directivo do IDT,IP, alarga igualmente o âmbito das suas competências, passando a designar-se por Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool. Da criação do novo Conselho Interministerial decorre a nomeação de nova comissão técnica e consequente aprovação do seu regulamento interno.

Em reunião do novo Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, que ocorreu a 26 de Maio de 2010, foi aprovado o Relatório de Avaliação Interna do Plano de Acção-Horizonte 2008, o Plano de Acção Contra a Droga e as Toxicodependências 2009-2012, bem como o Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool 2010-2012.

Para a dinamização da implementação dos Planos que se encontram operacionais e o devido acompanhamento da sua execução, e em consonância com as recomendações formuladas no Relatório de Avaliação Interna do Plano de Acção-Horizonte 2008, destaca-se a reformulação das Subcomissões, bem como a criação de uma subcomissão para o apuramento das despesas públicas, abrangendo as novas atribuições em matéria de problemas ligados ao uso nocivo do álcool.

Decorrente da vigência do PACDT 2009-2012, continuará a reforçar-se a intervenção para uma maior articulação com as Regiões Autónomas, no sentido de permitir às Administrações Regionais harmonizarem a incorporação e assegurarem a complementaridade das suas políticas regionais com as prosseguidas pela Administração da República e, também, a intervenção dos Municípios no âmbito das acções previstas naquele Plano.

Nos moldes previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2006, foi desencadeado, nos finais de 2009, o início do processo de avaliação externa do Plano Nacional da Luta contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012, o qual é composto por 3 fases: a 1ª fase, a decorrer em 2010, que consiste na elaboração do caderno de encargos através de abertura de procedimento concursal; a 2ª fase, a decorrer entre 2010/2011, e que consiste na adjudicação do processo de avaliação a uma entidade externa, através de procedimento concursal; a 3ª fase, que consiste no desenvolvimento do processo de avaliação por parte da entidade adjudicada, será efectuada nos anos de 2011/2012, e na qual o IDT,IP irá participar procedendo ao devido acompanhamento e assessoria à referida entidade.

No que se refere às actividades de coordenação internas do IDT,IP, ao nível do Planeamento e Administração Geral, será prestado apoio técnico às restantes áreas (de missão e transversais), no assegurar do ciclo anual de gestão, com a elaboração dos instrumentos de monitorização e avaliação de obrigatoriedade legal.

A estratégia de actuação continuará a traduzir-se na constante melhoria do desenvolvimento e acompanhamento dos processos internos, numa perspectiva de orientação para os resultados.

Assim, em 2011, dar-se-á continuidade à optimização dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos que possibilitem um desempenho de qualidade em todas as unidades orgânicas, com reflexos positivos no trabalho de terreno e nas populações-alvo que são o objectivo primeiro a que este Instituto se destina. Em termos de apoio a esta estratégia, continuará a promover-se a elaboração de instrumentos de gestão direccionados para a tomada de decisão.

De forma a assegurar a prossecução do objectivo operacional definido, planeou-se um conjunto de acções que nortearão a actividade da área do Planeamento e Administração Geral no ano de 2011, discriminadas nas grelhas que se seguem e das quais destacamos:

- 🔥 Uniformizar procedimentos administrativos internos, na perspectiva do aumento da eficácia e eficiência;
- 🔥 Investir no controlo interno na óptica da garantia das boas práticas de gestão;
- 🔥 Proceder ao recrutamento e selecção de pessoal, adequados às políticas de gestão de recursos humanos do IDT,IP;
- 🔥 Assegurar a eficiente afectação dos recursos financeiros do orçamento anual do IDT,IP;
- 🔥 Promover a redução da despesa global, em consonância com a política de estabilidade económica;
- 🔥 Acompanhar e avaliar o cumprimento do QUAR;
- 🔥 Preparar os instrumentos necessários ao ciclo anual de gestão do Instituto, segundo critérios de planeamento e gestão estratégica;
- 🔥 Consolidar e garantir a utilização do SIM nas unidades de internamento;
- 🔥 Melhorar a componente de infra-estrutura computacional em articulação com a política de redução de custos.

I - Resultado a atingir

Assegurar a efectiva implementação das estruturas de coordenação do combate à droga e à toxicodependência.

Objectivo Operacional

Coordenar as acções de todos os organismos com competências de intervenção na área das drogas e das toxicodependências e na área do álcool.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
1	Promoção da representatividade e apoio efectivo às actividades das Subcomissões da Comissão Técnica do Conselho Interministerial ⁽³⁵⁾	Apresentação de relatório de actividade	1	CN/ACD; SC	1.1	
2	Desenvolvimento dos trabalhos da criação de uma Subcomissão sobre Despesas Públicas com vista a apurar as despesas públicas directas e indirectas na área das drogas, toxicodependências e álcool ⁽³⁶⁾	Apresentação de relatório de actividade	1	CN/ACD; SC	1.2	
3	Reformulação das Subcomissões ⁽³⁷⁾	Apresentação de relatório de actividade	1	CN/ACD	1.3	

Objectivo Operacional

Mobilizar a participação da sociedade civil – Conselho Nacional

4	Participação dos representantes no Conselho Nacional em acções e iniciativas nele originadas ⁽³⁸⁾	Apresentação de relatório de actividade	1	CN/ACD	2.1	
5	Adopção de medidas que assegurem e reforcem a intervenção dos Municípios no âmbito das acções previstas no Plano de Acção 2009-2012	Apresentação de relatório das medidas adoptadas	1	CN/ACD	2.2	
6	Adopção de medidas que facilitem o acesso à intervenção feita a nível nacional, permitindo às Regiões Autónomas a decisão de incorporarem e complementarem as suas políticas regionais de forma harmonizada ⁽³⁹⁾	Apresentação de relatório das medidas adoptadas	1	CN/ACD	2.3	

Objectivo Operacional

Mobilizar a participação da sociedade civil – qualidade de serviço e impacto na sociedade

7	Processos de natureza disciplinar	N.º de processos findos / N.º de processos instaurados	100%	DTR/NLF; AJC		
8	Criação de Normas e Procedimentos	Criação de manuais de boas práticas para as CT e UD	2	DTR/NLF/NT		
		Plano de Inspeções	1	DTR/NLF		
9	Relações entre os utentes e as Instituições privadas - Reclamações	Avaliação e processamento das reclamações	90%	DTR/NLF		
		Acções inspectivas em resultado das queixas/reclamações recebidas	80%	DTR/NLF		
		Actualização das bases de dados de reclamações da RTIC	100%	DTR/NLF		

⁽³⁵⁾ Em parceria com os representantes na Comissão Técnica do Conselho Interministerial e Coordenadores das Subcomissões.

⁽³⁶⁾ Em parceria com os representantes na Comissão Técnica do Conselho Interministerial e organismos responsáveis.

⁽³⁷⁾ Em parceria com a Comissão Técnica do Conselho Interministerial.

⁽³⁸⁾ Em parceria com entidades representadas no Conselho Nacional.

⁽³⁹⁾ Em parceria com entidades competentes das Regiões Autónomas.

Objectivo Operacional

Promover a realização de uma avaliação externa do Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicod dependências.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
10	Abertura de procedimento concursal para adjudicação da avaliação externa baseada em caderno de encargos, previamente elaborado ⁴⁰⁾	Procedimento concursal	1	CN/ACD; DPAG/NGEF	3.2	

II - Resultado a atingir

Assegurar a gestão por objectivos e a melhoria contínua da actividade do IDT,IP.

Objectivo Operacional

Melhorar o desenvolvimento e acompanhamento dos processos internos.

12	Promover a uniformização de procedimentos através da actualização do Manual de Normas e Procedimentos Internos do DPAG	N.º de actualizações ao manual	6	DPAG		
13	Controlo interno	Reforço e harmonização do controlo	Bianual	DPAG/NGRH/NGEF/NI		
		Monitorizações	5			
14	Realizar auditorias financeiras a projectos financiados pelo IDT,IP	N.º de auditorias financeiras	10	DPAG		
15	Elaborar e actualizar as instruções e orientações interpretativas	N.º de instruções elaboradas e actualizadas	2	DPAG/NGRH		
16	Conceber e elaborar os documentos de gestão	N.º de documentos elaborados	2	DPAG/NGRH		
17	Elaborar a Conta de Gerência – recursos humanos	Apresentação de documento	1	DPAG/NGRH		
18	Elaborar o Orçamento – recursos humanos	Apresentação de documento	1	DPAG/NGRH		
19	Elaborar mapas comparativos dos postos de trabalho necessários/vagos/ocupados dos mapas de pessoal do IDT,IP	N.º de mapas	7	DPAG/NGRH		
20	Elaborar os mapas de pessoal 2012	N.º de mapas	7	DPAG/NGRH		
21	Abertura de procedimentos concursais para Dirigentes Intermédios	N.º de procedimentos	5	DPAG/NGRH		
22	Abertura de procedimentos concursais para recrutamento de postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal e não ocupados	N.º de procedimentos	2	DPAG/NGRH		
23	Manter actualizada uma Base de Dados de tratamento do trabalho extraordinário	Apresentação de relatório semestral	2	DPAG/NGRH		
24	Elaborar o Plano e o Relatório de Actividades do NGRH: <div> <div></div> <div>RA 2010</div> <div></div> <div>PA 2012</div> </div>	Apresentação dos documentos	2	DPAG/NGRH		
25	Assegurar a eficiente afectação dos recursos financeiros do orçamento anual do Instituto e elaboração de diagnósticos financeiros	Apresentação de documentos trimestrais	4	DPAG/NGEF		

⁽⁴⁰⁾ Em parceria com representantes na CTCICDT.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
26	Elaborar o Plano Anual de Compras (PAC)	Apresentação de documento	1	DPAG/NGEF		
27	Assegurar o financiamento das actividades do IDT,IP: • Elaborar mensalmente o Plano Tesouraria a nível nacional	Apresentação de documentos mensais	12	DPAG/NGEF		
28	Elaborar a Conta de Gerência	Apresentação de documento	1	DPAG/NGEF		
29	Elaborar o Orçamento	Apresentação de documento	1	DPAG/NGEF		
30	Promover a Formação interna na área de compras e património	N.º de formações internas	1	DPAG/NGEF		
31	Inserir/Actualizar a informação no âmbito do Património (Imóveis, Parque de Veículos do Estado, Inventário, etc.)	N.º de Inserções /Actualizações	2	DPAG/NGEF		
32	Inserir/Actualizar a informação no âmbito das Compras (Base.gov, estatísticas, etc.)	N.º de Inserções /Actualizações	2	DPAG/NGEF		
33	Reduzir a despesa global das grandes rubricas de funcionamento afectas ao orçamento do IDT,IP: • Lançar procedimentos concursais a nível nacional para aquisição de bens e serviços	N.º de concursos a nível nacional	8	DPAG/NGEF; DR		
		N.º de procedimentos concursais através da Agência Nacional de Compras/Unidade de Compras Ministeriais	5	DPAG/NGEF; DR		
34	Elaborar o Plano e o Relatório de Actividades do NGEF: • RA 2010 • PA 2012	Apresentação dos documentos	2	DPAG/NGEF		
35	Aplicar o Sistema de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP 2 e SIADAP 3)	N.º de profissionais avaliados em 2010 / N.º de profissionais passíveis de avaliação em 2010	100%	SC; DR; DPAG/NGP		
		N.º de profissionais com objectivos contratualizados para 2011 / N.º de profissionais passíveis de avaliação em 2011	100%	SC; DR; DPAG/NGP		
		Relatório dos Resultados da Avaliação de Desempenho de 2010	1	DPAG/NGP		
36	Elaborar, acompanhar e avaliar o Quadro de Avaliação e Responsabilização - QUAR	Tabela do QUAR 2012	1	CD; SC; DR; DPAG/NGP		
		Relatório de monitorização: • 1º semestre de 2011	1			
		Auto-avaliação do QUAR 2010	1			
37	Elaborar o Balanço Social	Apresentação do conjunto de mapas da ACSS	1	DPAG/NGP		
		Apresentação de Relatório Estatístico	1			
38	Tratamento estatístico dos dados relativos às reclamações do Livro Amarelo registadas na Base de Dados	• Relatório 2010	1	DPAG/NGP		
		• Relatório Intercalar 2011 (1º semestre)	1			
39	Elaborar o Plano e o Relatório de Actividades do NGP: • RA 2010 • PA 2012	Apresentação dos documentos	2	DPAG/NGP		
40	Consolidar os Planos e os Relatórios de Actividades dos Núcleos do DPAG • RA 2010 • PA 2012	Apresentação dos documentos	2	DPAG/NGP		
41	Elaborar o Plano e o Relatório de Actividades do IDT,IP: • RA 2010 • PA 2012	Apresentação dos documentos às entidades legais	2	SC; DR; DPAG/NGP		

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
42	Melhorar a infra-estrutura da Rede Nacional de Telecomunicações, dotando-as de um serviço de qualidade de dados e voz	N.º de UIL com melhoria de rede e de equipamentos	10	DPAG/NI; DR		
43	Consolidar e garantir a efectiva utilização do Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM) nas Unidades de Internamento	Utilização do SIM em todas as unidades de internamento do IDT,IP até ao dia 15 de Dezembro de 2011 [QUAR - Ind. 9]	15 Dez	DPAG/NI; DR		
		Desenvolver o módulo aplicacional do SIM que permite a monitorização das unidades de internamento convencionadas [QUAR - Ind. 10]	15 Dez			
44	Melhorar a componente de infra-estrutura computacional adoptando medidas que visem a sua actualização tecnológica com padrões adequados de segurança, de alto desempenho e de redução de custos	N.º de medidas criadas	2	DPAG/NI		
45	Executar o plano de renovação do parque informático do IDT,IP	Substituir computadores do parque informático	10% (135)	DPAG/NI; DR		
46	Desenvolver, manter, normalizar e adaptar os sistemas aplicacionais da instituição aos novos modelos organizacionais do IDT,IP	N.º de sistemas	1	DPAG/NI		
47	Aumentar as competências dos profissionais da área da Informática do IDT,IP	N.º de acções de formação frequentadas por colaborador	1	DPAG/NI; DR		
48	Criar mecanismos automáticos para a gestão do parque informático (computadores e servidores)	N.º de mecanismos criados	1	DPAG/NI; DR		
49	Elaborar o Plano e o Relatório de Actividades do NI: <ul style="list-style-type: none"> 🔥 RA 2010 🔥 PA 2012 	Apresentação dos documentos	2	DPAG/NI		
50	Garantir o cumprimento dos indicadores 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 14, 15, 16 e 21 por todas as Delegações Regionais	N.º de indicadores cumpridos por cada região [QUAR - Ind. 22]	7	SC		

A maioria das acções/actividades prosseguidas pelo NRI, que decorrem da especificidade das competências atribuídas, não se esgotam no ano civil, sendo acções/actividades recorrentes de ano para ano. É o caso da representação portuguesa nos vários *fora* internacionais competentes em matéria de droga, álcool e toxicodependências, das obrigações enquanto membro da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências do OEDT e dos actos decorrentes dos Acordos e Convenções subscritas.

Desta forma, em 2011 o NRI dará continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, promovendo a participação activa de Portugal ao nível das Nações Unidas, da União Europeia e do Conselho da Europa e fomentando o aprofundamento das relações bilaterais que Portugal mantém nesta matéria.

Assim, no quadro da UE, o IDT,IP acompanhará os trabalhos do Grupo Horizontal Drogas e participará nas reuniões mensais, bem como nas iniciativas específicas das Presidências Húngara e Polaca.

Ainda no quadro europeu, mas em matéria de política de álcool, o IDT,IP continuará a acompanhar o Comité de Acção e Política Nacional em matéria de álcool e participará no Fórum Europeu sobre Álcool e Saúde, enquanto membro observador.

No quadro mais amplo das Nações Unidas e no que respeita às drogas e às toxicodependências, o IDT,IP continuará a acompanhar os trabalhos da Comissão de Estupefacientes e, relativamente ao álcool, os trabalhos da Organização Mundial de Saúde. Merece uma referência especial o acompanhamento da implementação da Estratégia Global para Reduzir o Uso Nocivo do Álcool, aprovada pela OMS, em Maio de 2010 e que contém um conjunto de medidas para combater o consumo excessivo de álcool.

No âmbito da cooperação com os países da América Latina, importa destacar a participação do IDT,IP no Programa de Cooperação entre a América Latina e a União Europeia sobre políticas de luta contra a droga (Programa COPOLAD), que tem como objectivo reforçar as capacidades e incentivar o processo de elaboração de políticas de luta contra a droga nas suas diferentes etapas nos países da América Latina, bem como estabelecer uma ponte entre os dois continentes em matéria de luta contra as drogas ilícitas. Este Programa, que tem a duração de 42 meses, é liderado pela Espanha e conta ainda com a participação da França, Alemanha, Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai.

I - Resultado a atingir

Aumentar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas várias instâncias internacionais e regionais de cooperação, melhorando assim a eficácia da intervenção nacional.

Objectivo Operacional

Criar condições que favoreçam a convergência de posições entre os diferentes Ministérios/ Serviços com responsabilidades de intervenção na área das drogas e das toxicodependências e na área do álcool.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
1	Coordenação entre os diferentes Ministérios/Serviços com intervenção nestas matérias, possibilitando uma posição nacional articulada	N.º de Ministérios/Serviços contactados	3	DMFRI/NRI	4.1	
		% de pedidos de informação do ACS, sobre assuntos internacionais, respondidos dentro do prazo [QUAR – Ind. 18]	95%			

Objectivo Operacional

Identificar novos Acordos Bilaterais, que incluam a luta contra a droga e a toxicodependência.

2	Actualização da lista dos Acordos Bilaterais existentes ⁽⁴¹⁾	N.º de actualizações anuais	1	DMFRI/NRI	5.1	
---	---	-----------------------------	---	-----------	-----	--

Objectivo Operacional

Centralizar a informação sobre os projectos na área da droga e da toxicodependência e na área do álcool.

3	Actualização da informação da base de dados	N.º de actualizações anuais	1	DMFRI/NRI	6.1	
---	---	-----------------------------	---	-----------	-----	--

II - Resultado a atingir

Fortalecer a participação de Portugal nos fora internacionais que abordam o fenómeno das drogas.

Objectivo Operacional

Fortalecer a participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo activamente para a execução dos Planos de Acção da UE na área da Droga e das Toxicodependências e no que concerne aos Problemas Ligados ao Álcool.

4	Participação nas reuniões do Grupo Horizontal Drogas	Participação em todas reuniões	10	DMFRI/NRI	7.1	
5	Participação nos eventos promovidos pelas Presidências em exercício do Conselho da UE	N.º de presenças	2	DMFRI/NRI	7.2	
6	Participação nas reuniões de Coordenadores Nacionais de Droga	N.º de presenças	2	PRES.; DMFRI/NRI	7.3	
7	Participação nas reuniões do Comité de Política Nacional e Acção sobre o Álcool (CPNAL)	N.º de presenças	2	CD; AALA		
8	Acompanhamento do trabalho desenvolvido pela Comissão Europeia ao nível dos sistemas de informação sobre álcool	Apresentação do relatório anual	1	AALA; DMFRI/NRI		16.1
9	Participação nas Reuniões Plenárias do Fórum Europeu sobre o Álcool e Saúde	N.º de presenças	1	CD; AALA		

Objectivo Operacional

Promover a presença de Portugal nos fora internacionais, designadamente no contexto das Nações Unidas e da OMS.

10	Participação na Sessão Anual da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas ⁽⁴²⁾	N.º de presenças	2	PRES.; DMFRI/NRI	8.1	
11	Acompanhamento dos trabalhos da OMS relativos ao álcool	N.º de pareceres solicitados / N.º de pareceres enviados	100%	CD; DMFRI/NRI		
12	Dar resposta aos pedidos de esclarecimento do OICE	N.º de respostas enviadas / N.º de esclarecimentos solicitados	100%	DMFRI/NRI	8.2	

⁽⁴¹⁾ Em parceria com o MNE e MJ.

⁽⁴²⁾ Em parceria com o MNE e outros Ministérios/Serviços sempre que se justifique.

Objectivo Operacional

Manter o nível de participação no Grupo Pompidou do Conselho da Europa.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.º Planos de Acção	
					Droga	Álcool
13	Participação nas reuniões de Correspondentes Permanentes	N.º de presenças	2	DMFRI/NRI	9.1	
14	Assegurar a participação nas Plataformas e Grupos de Trabalho ⁽⁴³⁾	N.º de presenças	3	DIC; DMFRI; DTR; DRC	9.2	
15	Participação em iniciativas organizadas sob a égide do Grupo Pompidou ⁽⁴³⁾	N.º de participações	1	DIC; DMFRI; DTR; DRLVT	9.3	

Objectivo Operacional

Assegurar o cumprimento das obrigações do Estado português junto do OEDT, actuando como interlocutor privilegiado enquanto país anfitrião desta Agência Europeia e participando nas suas actividades e programas.

16	Promoção da articulação entre o OEDT e o Estado português ⁽⁴⁴⁾	N.º de contactos / N.º de solicitações de apoio	100%	DMFRI/NRI	12.1	
17	Implementação dos Acordos anuais de Subvenção Reitox em curso	N.º de Relatórios anuais de implementação e <i>feed-back</i>	3	DMFRI/NRI	12.2	
		N.º de tarefas cumpridas / N.º de tarefas solicitadas	100%			

III- Resultado a atingir

Desenvolver as relações de cooperação em matéria de luta contra a droga, no âmbito dos mecanismos multilaterais e bilaterais existentes.

Objectivo Operacional

Promover o desenvolvimento da cooperação com as estruturas da redução da procura de outros países, nomeadamente da UE.

18	Promoção do intercâmbio de experiências e de técnicos	N.º de intercâmbios/Ano	2	DMFRI/NRI	13.1	
19	Facilitação da mobilidade de toxicodependentes em tratamento	N.º de encaminhamentos feitos / N.º de encaminhamentos solicitados	100%	DTR; DMFRI/NRI	13.2	

Objectivo Operacional

Reforçar as relações de colaboração/ cooperação com os PALOP, promovendo o desenvolvimento de uma política no âmbito da luta contra a droga e a toxicodependência, designadamente no quadro da CPLP.

20	Promoção da ratificação e entrada em vigor do Acordo CPLP sobre Drogas ⁽⁴⁴⁾	Entrada em vigor do acordo	1	DMFRI/NRI	14.1	
----	--	----------------------------	---	-----------	------	--

Objectivo Operacional

Consolidar as relações de cooperação bilateral com Espanha, no âmbito dos Acordos Bilaterais existentes, quer no que respeita à redução da procura, em matéria de prevenção e tratamento, quer na redução da oferta, designadamente reforçando a cooperação policial.

21	Organização e participação na reunião da Comissão Mista Luso-Espanhola	N.º de reuniões	1	PRES.;DMFRI/NRI	17.1	
----	--	-----------------	---	-----------------	------	--

Objectivo Operacional

Reforçar as relações de colaboração e cooperação com os países da América Latina e Caraíbas, no quadro dos Acordos Bilaterais existentes.

22	Participação em três dos quatro componentes ⁽⁴⁵⁾ do Programa COPOLAD - Programa de Cooperação entre a América Latina e a UE sobre políticas de luta contra a droga	Participação numa actividade de cada componente	3	DMFRI/NRI		
----	---	---	---	-----------	--	--

⁽⁴³⁾ Em parceria com a PJ e a DGAIEC.

⁽⁴⁴⁾ Em parceria com o MNE.

⁽⁴⁵⁾ Componente 1 – Consolidação do Mecanismo através de apoio às políticas e de diálogo.
Componente 2 – Consolidação dos Observatórios Nacionais
Componente 3 – Reforço das capacidades em matéria de redução da procura

INFORMAÇÃO/INVESTIGAÇÃO/FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO

Mantendo como pontos fulcrais da intervenção, o apoio às áreas de missão, as actividades inerentes às obrigações de ponto focal do Observatório Europeu e a assessoria técnica às decisões do Conselho Directivo, a área de Informação/Investigação/Formação e Avaliação tem para 2011 uma perspectiva de um espectro mais alargado de acções decorrentes da aplicação e desenvolvimento das medidas preconizadas no Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool.

As vertentes da recolha e produção de informação, a criação e manutenção do Directório de Recursos do Álcool, a promoção e consolidação de múltiplas actividades formativas, a realização de estudos de investigação que incluem a componente do consumo de álcool e padrões de consumo - a avaliação e monitorização contínua das acções são a título exemplificativo actividades acrescidas que exigirão a mobilização e reutilização dos recursos disponíveis.

Também a participação dos profissionais das diferentes unidades orgânicas, na intervenção em contexto laboral pressupõe um acréscimo de trabalho que terá de ser equacionado de uma forma racional de modo a garantir a prossecução das acções de forma efectiva.

A nível interno a manutenção e optimização da cooperação das diferentes unidades orgânicas será determinante para o sucesso dos resultados. De igual modo a articulação inter-departamental constitui um elemento chave essencial para o bom desempenho.

Como referência importante é de salientar também o envolvimento e a participação activa das múltiplas parcerias do IDT,IP nas diferentes acções preconizadas nos planos de acção com reflexos imediatos no Plano de Actividades 2011.

As actividades previstas para 2011 no âmbito do objectivo operacional *Alargar, consolidar e optimizar o Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências (SNIDT) e em paralelo, implementar e desenvolver o Sistema Nacional de Informação sobre o Álcool (SNIA)*, a nível da recolha de dados dos sistemas de informação de rotina dos serviços fonte e da produção de informação de acordo com os critérios metodológicos definidos, são, de um modo geral, o desenvolvimento de projectos iniciados em anos anteriores e que concorrem para a prossecução de acções previstas nos Planos de Acção das Drogas e do Álcool. Deste trabalho continuado, é de destacar o reforço das articulações inter-institucionais que se têm revelado muito potenciadoras da melhoria da informação numa dupla perspectiva – metodológica e alargamento dos serviços-fonte de dados -, permitindo assim responder mais adequadamente às necessidades nacionais e europeias.

Relativamente às actividades planeadas para responder às necessidades de promoção da investigação, monitorização do consumo de álcool e drogas, em diversas populações, e aprofundamento do conhecimento sobre dinâmicas relacionados com estes consumos, salienta-se a repetição, em 2011, dos diversos estudos epidemiológicos, nas populações geral, escolar e prisional.

Destaca-se, no âmbito do objectivo Operacional *Promover, divulgar e agilizar o acesso a informação objectiva e fiável na área das drogas e toxicodependências e na área do álcool*, a aposta em novos instrumentos de divulgação, nomeadamente o Directório de Recursos do Álcool, prevendo-se, através de uma rede de articulação e de uma clara definição de circuitos, um incremento dos serviços prestados ao cidadão, nesta área.

O IDT,IP detém responsabilidades no desenvolvimento e promoção da Formação dos seus recursos humanos, bem como da coordenação da intervenção formativa executada, respondendo a solicitações em matéria de formação no domínio da droga, do álcool e das toxicodependências.

Deste modo, a actividade prevista para o ano de 2011, nomeadamente, através do Objectivo Operacional *Contribuir para a implementação de programas de formação e de certificação de competências para a intervenção em matéria*

de álcool, drogas e toxicodependências, pretende otimizar as práticas formativas, coordenando as expectativas e necessidades dos profissionais com as reais necessidades e estratégias deste Instituto, aprofundando competências técnicas e metodológicas que permitam a implementação e o acompanhamento, a gestão e avaliação de projectos que potenciem uma intervenção técnica de excelência.

Tal contribuirá, por sua vez, para as actividades definidas nos Objectivos Operacionais *Promover e potenciar a qualidade da intervenção formativa do IDT,IP e Potenciar e reforçar as competências dos intervenientes, interventores e profissionais que directa ou indirectamente actuem no domínio do álcool, das drogas e toxicodependências*, já que a área da Formação é factor crítico de sucesso para qualquer tipo de intervenção neste domínio, com ganhos para o capital humano envolvido e para a comunidade, promovendo, igualmente, espaços formativos de troca de informação e de experiências.

De referir, ainda, que a disseminação de informação e de conhecimento junto da sociedade civil, com a divulgação de materiais técnico-pedagógicos e técnico-científicos que valorizem o “saber fazer” adquirido em contextos formativos, espelha as actividades definidas para o Objectivo Operacional *Incremento da divulgação de conteúdos de âmbito formativo para públicos internos e externos, através da aplicação de novas tecnologias, sempre que possível*.

Neste sentido, pretende-se, durante o ano de 2011, continuar a apoiar e a promover, numa linha de continuidade, Projectos que respondam efectivamente às necessidades formativas no domínio da droga, do álcool e das toxicodependências, privilegiando as parcerias estabelecidas e protocolos de colaboração existentes. Paralelamente, mantém-se a aposta no acolhimento e acompanhamento de Estágios, quer sejam curriculares, académicos ou profissionais.

I - Resultado a atingir

Contribuir para um maior e melhor conhecimento dos fenómenos do consumo de álcool/PLA e/ou drogas/toxicodependências e para a melhoria contínua da qualidade das intervenções, de forma a apoiar a intervenção e a decisão e a contribuir para a melhoria dos resultados obtidos.

Objectivo Operacional

Alargar, consolidar e otimizar o Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências (SNIDT) e em paralelo, implementar e desenvolver o Sistema Nacional de Informação sobre o Álcool (SNIA), a nível da recolha de dados dos sistemas de informação de rotina dos serviços fonte e da produção de informação de acordo com os critérios metodológicos definidos.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.º Planos de Acção	
					Droga	Álcool
1	Reforço da articulação entre os sistemas de informação de rotina dos registos gerais e específicos de mortalidade ⁽⁴⁶⁾	Relatório sobre os resultados alcançados	1	DMFRI/NE	21.1	17.3
2	Implementação da proposta apresentada ao LPC/PJ para reforço da monitorização da pureza das drogas em diferentes patamares do mercado ⁽⁴⁷⁾	Relatório sobre os resultados alcançados	1	DMFRI/NE	21.2	
3	Produção de informação harmonizada sobre doenças infecciosas e psicopatologias nos utentes em diferentes estruturas de tratamento	Relatório com a informação recolhida em diferentes serviços-fonte	1	DMFRI/NE; DTR; Unidades Privadas	21.3	17.3
4	Levantamento do potencial de informação relacionada com o consumo de drogas e álcool nos sistemas de informação de rotina sobre violência doméstica	Relatório sobre os resultados alcançados	1	DMFRI/NE	21.4	17.3
5	Rentabilização do SIM, através da actualização das bases de dados e tratamento dos dados relativos a: <ul style="list-style-type: none"> utentes em UD/CT/CD públicos utentes em CT/UD/CD licenciadas utentes em camas/lugares convencionados (listas nominativas) 	N.º de registos (estruturas/utentes) introduzidos nas respectivas bases de dados / N.º de estruturas/utentes com informação enviada	100%	DMFRI/NE; DTR; DR /UD/CT/CD; Unidades Privadas	21	17.3
		Tratamento e análise dos dados	100%			
		Documentos com apuramento anual dos dados	4			
6	Recolha, tratamento e produção de informação caracterizadora da situação nacional (relativa aos indicadores que integram o SNIDT e o SNIA) ⁽⁴⁸⁾	Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicodependências – 2010;	1	DMFRI/NE /NPD	21	17.4
		Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Álcool -2010	1			
		N.º de respostas a compromissos nacionais e internacionais / N.º de solicitações	100%	DMFRI/NE/NEI/ NRI		
		N.º de respostas a outros pedidos de informação estatística / N.º de solicitações	100%	DMFRI/NE/NEI		

Objectivo Operacional

Apoiar o desenvolvimento de uma comunidade científica que, com regularidade, realize investigação nas áreas do álcool/PLA e drogas/toxicodependências.

7	Apoio ao desenvolvimento da Rede de Investigadores sobre Álcool e Drogas (RIAD)	Relatório das actividades desenvolvidas	1	DMFRI/NEI	23.3	17.1
---	---	---	---	-----------	------	------

⁽⁴⁶⁾ Em parceria com o INML, IP/DGS/INE, IP.

⁽⁴⁷⁾ Em parceria com a PJ.

⁽⁴⁸⁾ Em parceria com a rede de Serviços fonte dos dados no âmbito do SNIDT e do SNIA.

Objectivo Operacional

Monitorizar a evolução, ao longo do tempo, do consumo de álcool e de drogas em diversas populações.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.º Planos de Acção	
					Droga	Álcool
8	Repetição dos estudos epidemiológicos de âmbito nacional e internacional, para acompanhamento da evolução das diferentes dimensões do fenómeno do consumo, em diversas populações: <ul style="list-style-type: none"> ◆ Inquérito Nacional à População Geral -2011 ◆ Inquérito Nacional em Meio Prisional 2011 ◆ European School Survey Alcohol Drugs - 2011 ◆ Inquérito Nacional em Meio Escolar - 2010 	Relatórios de cada estudo de acordo com as acções previstas nos respectivos projectos	1 Por estudo	DMFRI/NEI; Universidades	24.1	17.2

Objectivo Operacional

Aprofundar o conhecimento sobre dimensões qualitativas e/ou processos ou dinâmicas associados aos diferentes tipos de consumidores e vertentes do consumo.

9	Realização de estudos sobre os diversos processos envolvidos na iniciação, desenvolvimento, manutenção e remissão dos diversos tipos de consumo a nível individual e social <ul style="list-style-type: none"> ◆ Culturas juvenis e consumo de substâncias psicoactivas 	Relatório do estudo de acordo com o previsto no respectivo projecto	1	DMFRI/NEI	25.1	17.2
---	--	---	---	-----------	------	------

Objectivo Operacional

Promover, divulgar e agilizar o acesso a informação objectiva e fiável na área das drogas e toxicoddependências e na área do álcool.

10	Dinamização e aperfeiçoamento das páginas electrónicas institucionais, na óptica do serviço ao cidadão, prosseguindo a qualidade da informação divulgada	Relatório anual das actividades, de revisão/actualização e de visitas por tipo de conteúdo, de cada sítio	1	DMFRI/NPD; DIC/NAI	22.1	17.4
		Nível de satisfação da informação disponibilizada na página electrónica do Directório do Álcool, através de um inquérito <i>on-line</i> (escala de 1 a 5 pontos). [QUAR - Ind.17]	3,5			
11	Gestão e divulgação de informação científica e técnica, com investimento em publicações electrónicas, e promoção do acesso a material informativo / formativo nesta área	N.º de registos em bases de dados 2010	+ 2000		22.2	17.4
		N.º de publicações em suporte electrónico 2011 / N.º de exemplares solicitados	100%		22.2	17.4
12	Apoio à edição/reedição de publicações nesta área	N.º de publicações editadas/reeditadas 2011 / N.º de publicações prontas para edição/reedição	100%		22.3	17.4
13	Promoção de acções de sensibilização e divulgação de informação nas várias áreas de intervenção e nos diferentes contextos ⁽⁴⁹⁾	Relatório Final com indicadores a remeter por todos os Serviços Internos Executores:	1	DIC; DTR; DR	22.4 34.1 42.1 61.2	14.3
		<ul style="list-style-type: none"> ◆ N.º de acções promovidas / área de intervenção ◆ N.º População abrangida / área de intervenção ◆ N.º Estruturas envolvidas / área de intervenção ◆ N.º de acções promovidas / contexto ◆ N.º População abrangida / contexto ◆ N.º Estruturas envolvidas / contexto 				
		N.º de brochuras/folhetos editados	MNQ	MEC		

⁽⁴⁹⁾ Em parceria com a GNR, IEP, IP, INFARMED, MDN.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
14	Desenvolvimento de um Directório de Recursos sobre o álcool	Implementação do Directório de Recursos – Fase 2	1	DMFRI/NPD/DPAG/NI		18.1
		Compilação de conteúdos para Directório de Recursos, segundo as categorias estabelecidas	50%	DIC; DTR; DMFRI/NPD ⁽⁵⁰⁾		5.2; 8.2 11.2 13.1
		Inserção de conteúdos no Directório de Recursos / N.º de conteúdos enviados para inserção	70%	DMFRI/NPD		14.2 15.1 22.2 25.2
15	Compilação actualizada da legislação referente ao álcool	Documento Produzido	50%	DMFRI/NPD		16.4
16	Elaboração de um glossário de conceitos sobre o álcool	Glossário de Conceitos sobre o Álcool	1	AALA		16.2
		Disponibilização de conteúdos do Glossário de conceitos sobre o Álcool / N.º de conteúdos enviados para disponibilizar	70%	DMFRI/NPD		

Objectivo Operacional

Contribuir para a implementação de programas de formação e de certificação de competências para a intervenção em matéria de álcool, drogas e toxicodependências.

17	Emissão de pareceres técnico-pedagógicos sobre intervenções e projectos formativos	N.º de pareceres emitidos / N.º de pareceres solicitados	100%	DMFRI/NF; DRC/NAT	27.1	
----	--	--	------	-------------------	------	--

Objectivo Operacional

Potenciar e reforçar as competências dos intervenientes, interventores e profissionais que directa ou indirectamente actuem no domínio do álcool, das drogas e toxicodependências.

18	Garantia do acesso efectivo a pelo menos uma acção de formação profissional aos trabalhadores do IDT,IP, incluindo dirigentes	% de trabalhadores em funções públicas, incluindo dirigentes, com acesso efectivo a pelo menos uma acção de formação profissional [QUAR – Ind. 21]	40%	SC; DR		
19	Promoção e consolidação da actividade formativa realizada nas diferentes áreas de intervenção e nos contextos identificados como prioritários	Relatório Final com indicadores físicos de execução a remeter por todos os Serviços Internos Executores: <ul style="list-style-type: none"> ♦ N.º total de acções realizadas; ♦ N.º de acções realizadas/área de intervenção; ♦ N.º de acções realizadas/contexto; ♦ N.º total de formandos; ♦ N.º de formandos/área de intervenção; ♦ N.º de formandos/contexto; ♦ N.º total de horas de formação; ♦ N.º de horas de formação/área de intervenção; ♦ N.º de horas de formação/contexto; ♦ N.º de entidades envolvidas/área de intervenção. 	1	DMFRI/NF ⁽⁵¹⁾ ; DRA ⁽⁵²⁾ ; DRAL ⁽⁵²⁾ ; DRC/NAT ⁽⁵²⁾ ; DRLVT ⁽⁵²⁾ ; DRN/NAT ⁽⁵²⁾	28.1 28.2 28.3	5.3 8.3 11.3 12.1 12.2 22.3 25.3
		N.º de Relatórios de Avaliação / N.º de Actividades Formativas	80%	DMFRI/NF		

⁽⁵⁰⁾ Em parceria com entidades externas.

⁽⁵¹⁾ Responsabilidade quanto a Consolidação Nacional (1 Relatório Nacional).

⁽⁵²⁾ Responsabilidade quanto a Consolidação Regional (1 Relatório por DR).

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
20	Reforço e incremento da articulação interna e das parcerias na área da Formação	Δ N.º de propostas/informação conjuntas sobre actividade formativa (2010-2011)	+3%	DMFRI/NF	28.1	5.3
		% de respostas a solicitações para acompanhamento e supervisão da actividade formativa	100%	DMFRI/NF	28.2	8.3
			80%	DRC/NAT; DRLVT	28.3	11.3
		Δ N.º de parcerias novas contemplando a área da Formação (2010-2011)	+3%	DMFRI/NF		12.1
		% de parcerias activas (ou reforçadas), no ano, contemplando a área da formação	+ 1	DRAL		12.2
			100%	DMFRI/NF; DRAL; DRC/NAT		22.3
21	Promoção do encaminhamento e acolhimento de Estágios	N.º de estágios autorizados / N.º de estágios acolhidos	100%	DMFRI/NF; DRC/NAT; DRAL	28.1	5.3
			90%	DRLVT	28.2	8.3
		N.º de estágios acolhidos / N.º de estágios solicitados	80%	DMFRI/NF; DRC/NAT; DRAL	28.3	11.3
			60%	DRLVT/CRI; DRN		12.1
		Produção de 1 Manual de Linhas Orientadoras para a promoção do encaminhamento e acolhimento de Estágios na DRLVT	1	DRLVT		12.2
						22.3
22	Apoio e/ou organização de eventos formativos	Realização do Congresso Nacional	1	CD; DMFRI/NF; DPAG	28.1	12.2
		N.º total de participantes no Congresso Nacional	400			
		Realização de encontros regionais e locais	1	DRC/NAT		
			2	DRLVT/CRI		
			1	DRN		
		N.º total de participantes nos encontros regionais e locais	300	DRC/NAT		
			750	DRLVT/CRI		
			300	DRN		
		N.º de eventos formativos apoiados / N.º de solicitações	100%	DMFRI/NF; DPAG		
		(N.º de eventos apoiados + N.º de eventos formativos apoiados) / N.º solicitações	2%	DMFRI/NF; DPAG		

Objectivo Operacional

Promover e potenciar a qualidade da intervenção formativa do IDT,IP.

23	Preparação e apresentação do processo de renovação da acreditação da unidade formativa do IDT,IP junto da ACSS,IP	Apresentação e Renovação do Processo	1	DMFRI/NF; DR ⁽⁵³⁾	30	5 8 11 22 25
24	Análise de processos e divulgação de procedimentos referentes às metodologias de recolha e tratamento de dados nesta área	N.º de propostas de melhoria divulgadas / N.º de propostas de melhoria autorizadas	100%	DMFRI/NF	30.1 30.3	
25	Análise da taxa de execução e análise da produtividade por colaborador	N.º de actividades cumpridas ⁽⁵⁴⁾ / N.º de acções/actividades definidas em PA	75%	DMFRI/NF		
		N.º total de propostas apresentadas ⁽⁵⁵⁾ / N.º de RH do NF	8	DMFRI/NF		

⁽⁵³⁾ Em matéria de preparação de processos regionais a remeter ao DMFRI/NF.

⁽⁵⁴⁾ Inclui acções/actividades previstas em PA e não previstas em PA que sejam cumpridas, total ou parcialmente.

⁽⁵⁵⁾ Inclui produção de propostas relativas a acções/actividades previstas em PA e não previstas em PA que sejam cumpridas totalmente.

Objectivo Operacional

Incremento da divulgação de conteúdos de âmbito formativo para públicos internos e externos, através da aplicação de novas tecnologias, sempre que possível.

N.º de Ordem	Acções/Actividades	Indicadores	Meta 2011	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
26	Reforço da dinamização da área da formação no sítio institucional do IDT,IP , em PDA e na <i>intranet</i>	Δ N.º total de conteúdos divulgados (2010-2011)	+10%	DMFRI/NF/NPD	22.1	
		N.º total de AF com conteúdos divulgados / N.º total de AF com conteúdos previstos	50%	DMFRI/NF	22.2	
		N.º total de eventos formativos internos divulgados / N.º total de eventos formativos internos realizados	100%	DRC/NAT; DRLVT		
27	Reforço da concepção, produção e divulgação de materiais técnico-pedagógicos e técnico-científicos produzidos para e em contexto formativo	Δ N.º total de materiais criados, produzidos e divulgados (2010-2011)	+5%	DMFRI/NF/NPD	33.1	
		Relatório com os seguintes indicadores de execução: <ul style="list-style-type: none"> ♦ N.º total de materiais criados; ♦ N.º total de materiais produzidos; ♦ N.º total de materiais divulgados; ♦ N.º total de materiais criados com aplicação de novas tecnologias / N.º total de materiais criados. 	1	DMFRI/NF	33.2	
28	Promover a avaliação rigorosa e sistemática dos diversos tipos de programas e de cuidados implementados na óptica de satisfação do utente, permitindo a sua acreditação.	N.º de Unidades certificadas ao abrigo da Norma ISO 9001:2008 e também acreditadas pelo Instituto Português de Acreditação,IP (IPAC,IP). [QUAR - Ind. 19]	4	Equipa da Qualidade	56.1	
		N.º de novas unidades certificadas. [QUAR - Ind. 20]	3			
		N.º de manuais de qualidade elaborados.	2			

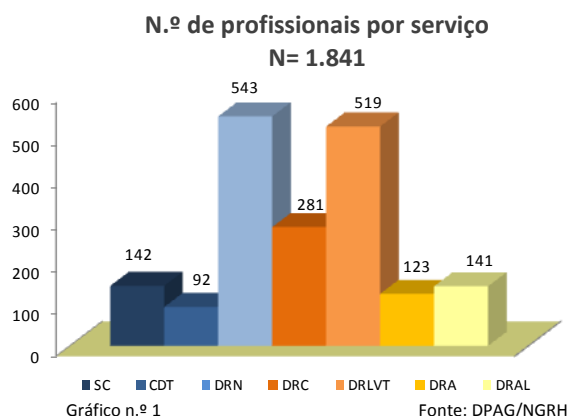
RECURSOS PREVISTOS

VI – RECURSOS PREVISTOS

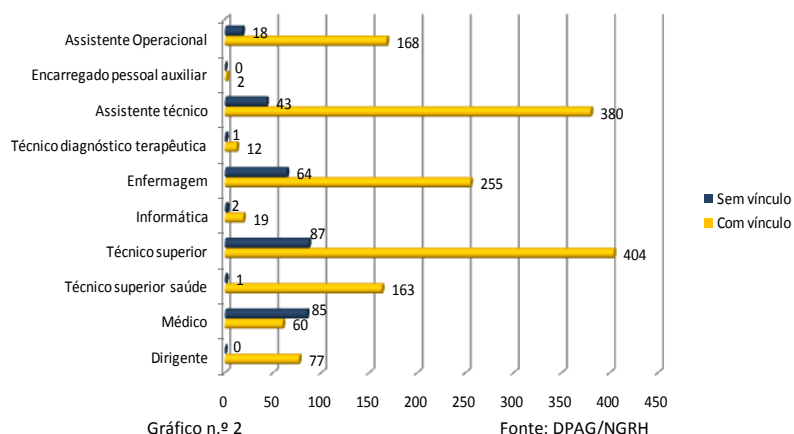
Recursos Humanos

O IDT,IP conta com 1.841 profissionais, à data 31 de Maio de 2010, para o cumprimento da missão e atribuições que lhe estão cometidas.

No que se refere à distribuição por serviço desses mesmos profissionais, constata-se, pela análise do Gráfico n.º 1, que o maior número de profissionais do IDT,IP está afecto à Delegação Regional do Norte (543) e à Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo (519). Na Delegação Regional do Centro, encontram-se 281 dos profissionais, sendo que os restantes estão distribuídos em proporções aproximadas pela Delegação Regional do Algarve (141), pelos Serviços Centrais (142), pela Delegação Regional do Alentejo (123) e por último, com o menor número, pelas Comissões de Dissuasão da Toxicod dependência (92).



Distribuição de profissionais por carreira

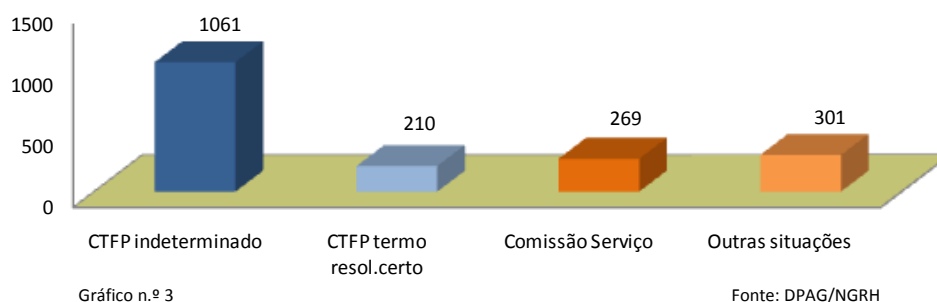


No que concerne à distribuição de profissionais por carreira, evidencia-se no Gráfico n.º 2 que o maior peso se verifica na carreira técnica superior e na carreira de assistente técnico.

Também se afirma pertinente a constatação de que continuam a exercer funções no IDT,IP cerca de 301 profissionais sem relação jurídica de emprego público.

De entre as modalidades de relação jurídica de emprego público, verifica-se que a maior incidência (1.061) é de profissionais com relação jurídica de emprego pública por tempo indeterminado, seguido pelos profissionais em comissão de serviço (onde se inclui o pessoal dirigente) e por último os profissionais com relação jurídica por tempo determinado.

Distribuição de profissionais por relação jurídica de emprego



PREVISÃO DA EVOLUÇÃO

Prevê-se que em Janeiro de 2011 se encontrem mais 196 profissionais vinculados ao IDT,IP em relação jurídica por tempo indeterminado, diminuindo em proporção o número de profissionais com relação jurídica por tempo determinado e em comissão de serviço, resultante de procedimentos concursais que se encontram a decorrer no presente ano.

Atendendo aos constrangimentos orçamentais existentes no seio da Administração Pública e pese embora a necessidade imprescindível e urgente para a prossecução das atribuições e competências do IDT,IP de assegurar o aumento da dotação dos seus mapas de pessoal, em particular os das suas Delegações Regionais, nas áreas da prestação de cuidados de saúde, não foi concedida autorização para efectuar esse aumento de dotação para o ano de 2011.

Deste modo, apresenta-se abaixo um gráfico com a previsão de distribuição de profissionais para 2011.

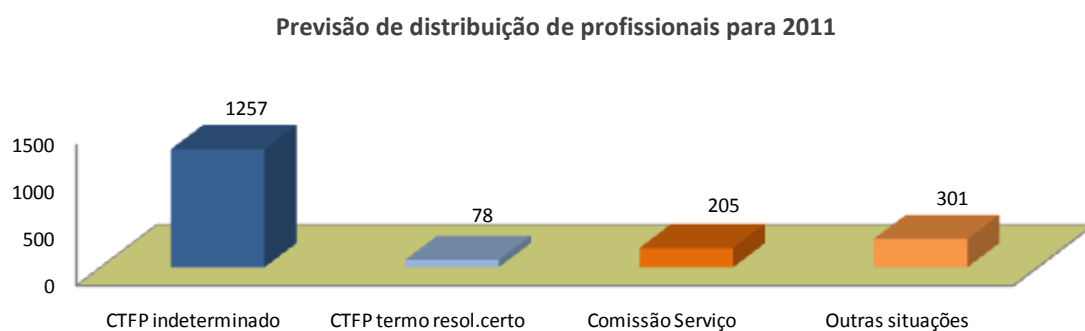


Gráfico n.º 4

Fonte: DPAG/NGRH

Recursos Financeiros

A concretização do presente Plano de Actividades pressupõe também a afectação e disponibilização de adequados recursos financeiros.

Orçamento de Funcionamento

RECEITA

O Quadro n.º 1 apresenta os recursos financeiros previstos para 2011, cuja principal fonte de financiamento é o Orçamento de Estado (O.E.), no valor de 45.171.132€. Este valor foi sujeito a uma reserva no valor de 1.192.000€, conforme instruções da Direcção Geral do Orçamento.

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO – RECEITA

(Unidades: Euros)

RECEITA	Proposta 2011		
	O.E. (1)	R.P. (2)	Total (1)=(2)+3)
<i>Subsídio de Exploração – O.E.</i>	43 979 132	0	43 979 132
total 1	43 979 132	0	43 979 132
<i>Receitas Próprias</i>			
♦ <i>Subsídio Jogos Sociais</i>		25 837 500	25 837 500
♦ <i>Outras Receitas</i>		2 159 857	2 159 857
♦ <i>Saldo ano anterior</i>		0	0
♦ <i>Receitas consignadas a projectos</i>		166 219	166 219
total 2	0	28 163 576	28 163 576
<i>Reserva (Circ. N.º 1354 da DGO)</i>	1 192 000	717 881	1 909 881
TOTAL	45 171 132	28 881 457	74 052 589

Quadro n.º 1

Fonte: DPAG/NGEF

O Orçamento de Estado (O.E.) financiará 59% das despesas de Funcionamento do IDT, IP, sendo os restantes 41%, no valor de 28.163.576€, provenientes de Receita Própria. Esta receita tem como principal proveniência os lucros dos Jogos Sociais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de Março e ainda os valores de tribunais sob a forma de recompensas, objectos, direitos ou vantagens, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 15/1993, de 22 de Janeiro.

A receita própria dos Jogos Sociais é atribuída anualmente pelo Ministério da Saúde, conforme consta do n.º 6 do artigo 3.º do citado diploma dos Jogos Sociais. Por despacho autorizador da Tutela, de 07 de Setembro de 2010, o montante atribuído para o ano 2011 foi de 26.500.000€, sujeito a reserva e reduzido para 25.837.500€.

Esta receita é essencialmente para fazer face aos encargos com entidades privadas convencionadas que prestam serviços no tratamento aos toxicodependentes e alcoólicos, bem como à atribuição de subsídios a estruturas que intervêm nos domínios da Prevenção, Tratamento, Redução de Danos e Reinserção Social, associados às toxicodependências e consumo abusivo de álcool, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 186/2006, de 12 de Setembro.

DESPESA

No Quadro n.º 2 evidencia-se, nas principais rubricas, o reflexo do financiamento:

- 🔥 O montante orçamentado para Despesas com Pessoal ascende a 41.941.661€, no qual não se inclui previsão para novos recrutamentos, alteração de posicionamento remuneratório e prémios, ao qual acresce o facto de contemplar uma redução média de 5% nas remunerações certas e permanentes, tudo decorrente do Orçamento de Estado aprovado para 2011.
- 🔥 Em Aquisições de Bens e Serviços, o valor previsto é de 10.830.935€, situação que prevê o subida do IVA de 21% para 23%;
- 🔥 O valor orçamentado para Convenções celebradas com entidades privadas para tratamento/internamento de toxicodependentes e alcoólicos em Unidades de Desabilitação, Comunidades Terapêuticas e Centros de Dia, é de 11.500.000€;
- 🔥 O valor de 7.703.893€ destina-se a projectos relativos a Programas de Apoio a Projectos Nacionais (PRI e PIF) e Regionais (Plano Integrado de Lisboa, Porto Cidade, Centro de Acolhimento de Coimbra e Equipas de Rua), verificando-se alguma oscilação de verbas entre projectos, de forma a não comprometer a execução destes;
- 🔥 O valor previsto para projectos co-financiados é de 166.219€, em resultado da submissão de um menor número de candidaturas ao QREN, dependendo, embora, da receita que for efectivamente cobrada.

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO – DESPESA

(Unidades: Euros)

DESPESA	Proposta 2011		
	O.E c/reserva (1)	R.P c/reserva (2)	Total (3)=(1+2)
<i>Despesas c/ Pessoal</i>	37 941 661	4 000 000	41 941 661
<i>Aquisição Bens e Serviços</i>	4 266 214	6 564 721	10 830 935
total 1	42 207 875	10 564 721	52 772 596
<i>Subcontratos - Convenções</i>	0	11 500 000	11 500 000
<i>Transferências Correntes</i>			
🔥 <i>Projectos</i>	1 771 257	5 932 636	7 703 893
<i>Projectos co-financiados DR</i>	0	166 219	166 219
total 2	1 771 257	17 598 855	19 370 112
total 1+2	43 979 132	28 163 576	72 142 708
<i>Reserva (Circular n.º 1357)</i>			
<i>Reserva (Lei do Orçamento 3-B/2010)</i>			
<i>Reserva (Circ. N.º 1354 da DGO)</i>	1 192 000	717 881	1 909 881
total 3	1 192 000	717 881	1 909 881
TOTAL	45 171 132	28 881 457	74 052 589

Quadro n.º 2

Fonte: DPAG/NGEF

Orçamento de Investimento

PIDDAC

O Quadro n.º 3 apresenta a distribuição do *plafond* previsto para 2011, no valor de 775.000€, componente nacional.

ORÇAMENTO DE PIDDAC

DELEGAÇÃO REGIONAL	PROJECTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO	2011
DRLVT	CRI DE LISBOA OCIDENTAL - Área geográfica de SINTRA-AMADORA	NACIONAL	542 861,00€
DRN	CRI DO PORTO CENTRAL - Área geográfica de CEDOFEITA	NACIONAL	132 139,00€
DALG	CRI DO ALGARVE - Área geográfica de OLHÃO	NACIONAL	100 000,00€
TOTAL DA MEDIDA			775.000,00€

Quadro n.º 3

Fonte: DPAG/NGEF

A afectação deste *plafond* a projectos tem como objectivo dotar as diferentes áreas geográficas de infra-estruturas de proximidade e melhoramento das existentes.

Os projectos propostos em orçamento de PIDDAC 2011 terminarão no ano 2011, à excepção do projecto CRI do Porto Central, cuja execução se continuará no ano de 2012.

No âmbito destes projectos, o investimento a realizar tem como finalidade promover o cumprimento de três objectivos gerais:

- I. Aumentar a taxa de cobertura relativamente à população com problemas de dependências.
- II. Aumentar a avaliação e monitorização dos doentes abrangidos pelo programa de tratamento e substituição opiácea
- III. Garantir o tratamento integrado de toxicodependentes com comorbilidade.

Deste modo, o investimento previsto visa melhorar os padrões de vida, que induzirá o acesso a um serviço público local qualificado de prestação de cuidados integrados e globais a toxicodependentes e alcoólicos, representando, deste modo, impacto nos serviços de saúde prestados, bem como no grau de satisfação dos utentes.

ANEXOS

VII – ANEXOS

Siglas e Abreviaturas

AALA	- Assessoria para os Assuntos Ligados ao Álcool
ACD	- Assessoria do Conselho Directivo
ACS	- Alto Commissariado da Saúde
ACSS,IP	- Administração Central do Sistema de Saúde, Instituto Público
ADR	- Aconselhamento, Diagnóstico e Referenciação
ADSE	- Direcção Geral de Protecção Social dos Funcionários e Agentes da Administração Pública
AE	- Assessoria(s) Especializada(s)
AF	- Acções de Formação
AJC	- Assessoria Jurídica e de Contencioso
ANM	- Associação Nacional de Municípios
APEF	- Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia
ARS	- Administração Regional de Saúde
Art.º	- Artigo
CC	- Conselho Consultivo
CD	- Centro de Dia
CD	- Conselho Directivo
CDT	- Comissão(ões) para a Dissuasão da Toxicodependência
CES	- Comissão de Ética para a Saúde
CLAS	- Conselho Local de Acção Social
CN	- Coordenador Nacional
CNSM	- Conselho Nacional de Saúde Mental
CNIVIH/SIDA	- Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA
CONFAP	- Confederação Nacional das Associações de Pais
CPCI	- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
CPLP	- Comunidades dos Países de Língua Portuguesa
CPNAL	- Comité de Política Nacional e Acção sobre o Álcool
CRI	- Centro(s) de Respostas Integradas
CSM	- Conselho Superior da Magistratura
CSP	- Cuidados de Saúde Primários
CSMP	- Conselho Superior do Ministério Público
CT	- Comunidade(s) Terapêutica(s) (do IDT,IP ou privadas)
CTFP	- Contrato de Trabalho em Funções Públicas
CVP	- Cruz Vermelha Portuguesa
DGAIEC	- Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo
DGIDC	- Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular
DGRS	- Direcção-Geral de Reinserção Social
DGS	- Direcção-Geral de Saúde
DGSP	- Direcção-Geral dos Serviços Prisionais
DIC	- Departamento de Intervenção na Comunidade

DMFRI	- Departamento de Monitorização, Formação e Relações Internacionais
DPAG	- Departamento de Planeamento e Administração Geral
DR	- Delegação(ões) Regional(ais)
DRA	- Delegação Regional do Alentejo
DRAL	- Delegação Regional do Algarve
DRC	- Delegação Regional do Centro
DRLVT	- Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo
DRN	- Delegação Regional do Norte
DTR	- Departamento de Tratamento e Reinserção
ENLCD	- Estratégia Nacional da Luta Contra a Droga
ET	- Equipa de Tratamento
ETQ	- Equipa Técnica da Qualidade
EURIDICE	- <i>European Research and Intervention on Dependency and Diversity in Companies and Employment</i>
GAD	- Gabinete de Apoio à Dissuasão
GIMAE	- Grupos de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia
GNR	- Guarda Nacional Republicana
Hep.	- Hepatite
IDT,IP	- Instituto da Droga e da Toxicodependência, Instituto Público
IEFP,IP	- Instituto de Emprego e Formação Profissional, Instituto Público
IHRU,IP	- Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto Público
IIFA	- Informação/Investigação/Formação e Avaliação
Ind.	- Indicador(es)
INE,IP	- Instituto Nacional de Estatística, Instituto Público
INFARMED	- Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento
INML,IP	- Instituto Nacional de Medicina Legal, Instituto Público
IPJ,IP	- Instituto Português da Juventude, Instituto Público
IPSS	- Instituição (ões) Particular(es) de Solidariedade Social
ISS,IP	- Instituto de Segurança Social, Instituto Público
LPC	- Laboratório de Polícia Científica
LRQA	- <i>Lloyd's Register Quality Assurance Limited</i>
MAI	- Ministério da Administração Interna
MCSP	- Missão para os Cuidados de Saúde Primários
MDN	- Ministério da Defesa Nacional
ME	- Ministério da Educação
MEC	- Materiais, Eventos e Campanhas
MJ	- Ministério da Justiça
MNE	- Ministério dos Negócios Estrangeiros
MNQ	- Meta Não Quantificada (por impossibilidade de antecipação do seu cálculo. O grau de realização destas actividades é considerado como atingido a 100%)
MS	- Ministério da Saúde
MTSS	- Ministério do Trabalho e da Segurança Social

N.º	- Número
NAG	- Núcleo de Apoio Geral
NAI	- Núcleo de Atendimento e Informação
NAT	- Núcleo de Apoio Técnico
NE	- Núcleo de Estatística
NEI	- Núcleo de Estudos e Investigação
NF	- Núcleo de Formação
NGEF	- Núcleo de Gestão Económica e Financeira
NGP	- Núcleo de Gestão e Planeamento
NGRH	- Núcleo de Gestão de Recursos Humanos
NI	- Núcleo de Informática
NLF	- Núcleo de Licenciamento e Fiscalização
NP	- Núcleo de Prevenção
NPD	- Núcleo de Publicações e Documentação
NPISA	- Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo
NR	- Núcleo de Reinserção
NRD	- Núcleo de Redução de Danos
NRI	- Núcleo de Relações Internacionais
NT	- Núcleo de Tratamento
NUTS	- Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos
O.E.	- Orçamento de Estado
OE	- Objectivo Estratégico
OEDT	- Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
OICE	- Órgão Internacional para o Controlo de Estupefacientes
OMS	- Organização Mundial de Saúde
ONG	- Organização(ões) Não Governamental(ais)
ONU	- Organização das Nações Unidas
OP	- Objectivo(s) Operacional(ais)
PA	- Plano de Actividades
PAC	- Plano Anual de Compras
PAH2008	- Plano de Acção Horizonte-2008
PACDT	- Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicodependências
PALOP	- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDA	- <i>Personal Digital Assistant</i>
PDU	- <i>Problematic Drug use Population</i>
PIAC	- Projecto Integrado de Apoio à Comunidade
PIDDAC	- Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PIF	- Programa de Intervenção Focalizada
PLA	- Problemas Ligados ao Álcool
PJ	- Polícia Judiciária
PNCDT	- Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências
PNRPLA	- Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool

PORI	- Plano Operacional de Respostas Integradas
PRES	- Presidente
PRI	- Programa de Respostas Integradas
PTAO	- Programa Terapêutico com Agonistas Opiáceos
PVE	- Programa Vida-Emprego
QREN	- Quadro de Referência Estratégica Nacional
QUAR	- Quadro de Avaliação e Responsabilização
RA	- Relatório de Actividades
Ref.^a	- Referência
Resol.	- Resolutivo
RH	- Recursos Humanos
RIAD	- Rede de Investigadores sobre Álcool e Drogas
R.P.	- Receitas Próprias
RRMD	- Redução de Riscos e Minimização de Danos
RTIC	- Rede Telemática de Informação Comum
SC	- Serviços Centrais
SCML	- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
SIADAP	- Sistema de Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SIED	- Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
SIM	- Sistema de Informação Multidisciplinar
SIS	- Serviço de Informações de Segurança
SNIA	- Sistema Nacional de Informação sobre o Álcool
SNIDT	- Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências
SPA	- Substâncias psicoactivas
TIC	- Tecnologias de Informação e Comunicação
UA	- Unidade(s) de Alcoologia
UD	- Unidade(s) de Desabituação
UE	- União Europeia
UIL	- Unidade de Intervenção Local
URLD	- Unidades Residenciais de Longa Duração
VIH	- Vírus da Imunodeficiência Humana

